

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS.

A Classe Operária



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ANO 65 — VI FASE — Nº 36 — DE 09 A 22 DE FEVEREIRO DE 1990

NCZ5 12,00

Uma histórica reunião da direção nacional do PCdoB decidiu propor a todas as forças progressistas a formação de um movimento democrático de oposição popular contra o governo Collor. Leia a respeito nas páginas 4 a 7. A direção do PCdoB discutiu também sobre o Leste europeu (pág. 19).



A
chave
da

vitória
CDM



Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

DINO

A Classe Operária

Diretor e Jornalista Responsável:
João Amazonas

Editor: José Reinaldo Carvalho

Redação: Antonio Martins, Irason Cordeiro Lopes e Umberto Martins.

Diagramação e Arte: José Luís Munuera Reyes

Fotografia: Agência Fóton

Centro de Documentação: Rosane Montiel e Joana D'Arc Sousa Lima (interina)

Administração e Assinaturas: Cláudia de Medeiros e Dalva Silva

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — CEP 01318 — São Paulo/SP.

Telefone: (011) 36-7531

Telex: 11-32133

Fax: (011) 36-4104

Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS — Ladeira do Brito, 72 — fones: (082) 221-4634 e 221-4728, Maceió; AMAPÁ — Av. Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone: (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Itamaracá, 124, CEP 69007, fone: (092) 233-7717, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone: (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ — Rua São Paulo, 1.037, CEP 60000, fone: (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGS — 704, Bloco G, Casa 67, CEP 70302, fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS — R. Parnaíba, 355, CEP 74000, fone: (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548, fundos, CEP 78030, fone: (065) 321-5095, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2.500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone: (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARA — Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800, fone: (091) 223-8911, Belém; PARAÍBA — R. Almeida Barreto, 273, tel. (083) 222-4413, CEP 58020, João Pessoa; PARANÁ — R. Mal. Deodoro, 1.161, Centro, fone: (041) 222-9120, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone: (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ — Rua Desemb. Freitas, 1.216, CEP 64020, fone: (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1.608, CEP 20031, fone: (021) 252-9935, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuzá, 99, CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antonio, 254, CEP 90220, fone: (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — Rua José Bonifácio, 787 fundos, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Major Wilians, 434, CEP 69300, Boa Vista; SANTA CATARINA — Rua Julio Moura, 34, CEP 88010, fone: (0482) 22-1927, Florianópolis; SERGIPE — Rua do Lagarto, 807, CEP 49015, Aracaju.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Empresa Jornalística A Classe Operária. Composição, past-up, fotolito e impressão: Cia. Editora Joruês. Fone: 815-4999 — São Paulo.



“Por um jornal menos panfletário e repetitivo”

Quero emitir algumas opiniões acerca do jornal, fazendo uma análise rápida da última edição (n.º 34).

Em primeiro lugar, devo tecer elogios com relação às matérias sobre a UJS, sobre os Yanomamis, sobre a escravidão no Acre, sobre o Leste Europeu e sobre o Panamá. Porém, em segundo lugar, gostaria de tecer críticas:

1. Com relação à matéria sobre Oswald de Andrade. Achei curta demais, nos contou muito pouco.

2. Com relação às matérias a respeito do “Brasil com Collor”. Foram repetitivas. Os conteúdos das matérias: “O ano da oposição popular”, “Novos desafios”, “Alternativas ao velho poder”, “O movimento democrático avançou, mas é a direita que governará o país”, “Ano novo, novas lutas”, “As primeiras pedras no caminho” e “A democracia que Sarney comemora” são muito próximos, o que caracteriza um jornalismo panfletário, aquela sopa que ficou pro outro dia e já não é tão gostosa! O mundo hoje é extremamente dinâmico, não se pode parar no tempo. Não sou jornalista nem tenho qualquer formação literária, mas acho que a literatura jornalística tem que se modernizar — recados curtos com conteúdos pesados, que não necessitem ser tão explícitos, mas que forcem o leitor a pensar, analisar o mundo que o rodeia e tirar suas próprias conclusões. As coisas muito mastigadas tornam-se paternalistas demais, e tocam muito mais na superficialidade das pessoas que no seu conteúdo profundo.

Além disso, a tecnologia tem avançado muito, e o jornal da classe operária tem que deixar também os horizontes abertos aos caminhos das descobertas humanas. O operário precisa saber a quantas andam a medicina, o pensamento filosófico, a engenharia, a física, a matemática, aqui e em outras partes do mundo. O espaço para a literatura foi aberto, mas há que se abrir também para os outros campos, das ciências e das artes. Entendo que um órgão da classe operária tem que trazer o máximo de amplitude em suas informações, para conseqüentemente poder formar melhor os quadros dessa classe. Nesse sentido ainda, quero sugerir que cada número dedique um espaço às crianças e

aos idosos. (Janete Gomes Mibielli, Florianópolis, SC)

“Sou petista, gostei da Classe e admiro o PCdoB”

Tenho 21 anos, sou filiado ao Partido dos Trabalhadores em Fortaleza, formado em Economia pela Universidade Federal do Ceará e atualmente trabalho em uma indústria local.

Desde março de 89 acompanho quase todas as edições de “A Classe Operária, e tomei a decisão de assinar o jornal.

Gostaria também de ressaltar o papel desempenhado pelos militantes do PCdoB na campanha pela eleição de Lula. Acredito que essa foi a nossa grande vitória, conseguirmos unir todos os que realmente aspiram à Liberdade nesse país em torno da luta para formar o governo Lula, que daria início às reformas capazes de mudar a cara do Brasil e despertar a sociedade para a construção da alternativa socialista. Infelizmente não foi dessa vez, mas acredito que o dia virá, breve. (Nauriello Almeida de Andrade, Fortaleza, CE)

As condições de trabalho miseráveis na Sucan

Quero expor aos leitores da Classe as terríveis condições de trabalho a que são submetidos os trabalhadores e técnicos de saúde da Sucan - Superintendência do Controle das Endemias - no Norte de Minas. Faço isso porque a falta de garantias mínimas de remuneração, conforto e mesmo de higiene em nossos afazeres tem se constituído em mais um fator de deterioração acentuada das condições de saúde da população, especialmente de seus segmentos mais pobres.

O trabalho dos funcionários da Sucan consiste em ir de casa em casa à procura do barbeiro, transmissor da doença de Chagas; distribuir e coletar recipientes com fezes para exame, no combate à esquistossomose; coletar sangue dos cachorros e gatos para prevenção da leishmaniose; capturar ratos na luta contra a peste bubônica; capturar larvas de *aedes aegyptae* e borrifar DDT sistematicamente para destruição do mesmo, borrifar piretróide para eliminar os barbeiros e outros ofícios assemelhados.

A maioria destes trabalhos são feitos no campo, a pé, com o agente carregando na mochila roupa, inseticida, balde e bomba. São vários quilos transportados por muitos quilômetros diários, e a Sucan não colabora com qualquer tipo de veículo.

Não nos é fornecida nenhuma proteção contra a chuva. Além disso, estamos sujeitos, em nosso ofício, a adquirir qualquer das doenças que combatemos. Nos

povoados e cidades que visitamos, nossas diárias permitem alugar apenas quartos em condições muitas vezes miseráveis. Dormimos no chão, sobre espumas de 1 centímetro de espessura. É bom lembrar que o Norte de Minas é uma das regiões mais pobres do país, onde grande parte dos camponeses moram em casas de pau a pique, enchimento e ramos de capim. Os mesmos não têm o que comer, problema agravado pela grave seca que assola a área.

Além de mínimas, as diárias que deveriam custear alimentação e pernoite são pagas apenas após o retorno dos agentes de saúde a suas residências, isto é, com atrasos constantes obrigam-nos a tomar dinheiro emprestado e pagar juros altos, para podermos viajar e executar nossos serviços.

Parece ironia, mas nós que cuidamos da saúde do povo brasileiro não podemos tratar da nossa própria, e da de nossos familiares. Convidamos os jornalistas, políticos de bom senso e profissionais de saúde para que venham ao Norte de Minas, comprovem a veracidade dessas denúncias e apoiem nossa luta para pôr fim a esta situação de miséria, abandono e vergonha. (Caio Martins, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Sucan no Norte de Minas, Montes Claros, MG)

Discriminação atinge e mata empregadas domésticas

Os Siseades - Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Direta do Poder Executivo do Espírito Santo - irá deflagrar ao longo de 1990 um conjunto de mobilizações. O objetivo é obrigar o governador Max Mauro a descer de seu pedestal, pôr em prática seu “slogan” que preconiza “valorização do servidor público”, receber nosso sindicato e respeitar as Constituições estadual e federal.

Exigimos que nossos representantes participem das discussões de elaboração do Plano de Cargos e Vencimentos, do Regime Jurídico Único e do novo Estatuto do Servidor Público. Queremos que este governo mude a política salarial. A Constituição Federal, no seu artigo 10º, e a Estadual, no artigo 32º, são claras. Asseguram a participação dos servidores quando seus interesses profissionais, salariais ou previdenciários forem objeto de discussão e deliberação. Portanto, é preciso que o sr. Max Mauro faça jus ao programa que sustentou durante a campanha eleitoral e respeite a lei maior da Nação e a do Estado.

Em prol da garantia destes direitos, o Siseades está convocando os funcionários para que fiquem alertas. Para assegurarmos nossos direitos, poderemos ser forçados por este governo a uma paralisação antes que morramos de fome! Todos juntos, pois a união é a chave de nossa vitória. (Nilo Walter dos Santos, diretor dos Siseades, Vitória, ES)

Assine já o seu jornal “A CLASSE OPERÁRIA”
UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....
Endereço.....
CEP.....Cidade.....Estado.....
Profissão.....

“A CLASSE OPERÁRIA” CUSTA MUITO POUCO:

Assinatura trimestral: NCz\$ 72,00

Assinatura semestral: NCz\$144,00

Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominal

Editora Anita Garibaldi Ltda.

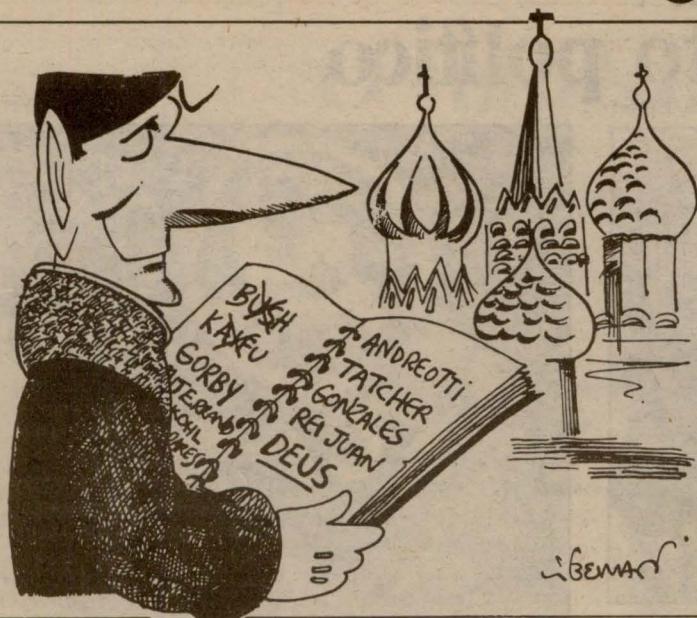
Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 - São Paulo/SP

AABA organiza exposições de fotos sobre Albânia

A Associação de Amizade Brasil-Albânia-AABA — está se oferecendo para organizar, em qualquer região do país, exposições fotográficas sobre a Albânia. Tem disponíveis mais de 50 fotos, abordando aspectos variados da vida social, econômica e política do país.

As pessoas interessadas em levar a exposição para sua cidade, podem entrar em contato com a entidade, às terças, quartas ou quintas-feiras, das 14 às 18 horas, pelo telefone (011) 255-1861.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



EDITORIAL

O entreguismo de Collor

A viagem de Collor aos principais centros do imperialismo, na qualidade de presidente eleito, está servindo não só para revelar seu narcisismo e estilo fanfarrão e megalomaniaco, mas principalmente para deixar claro, se é que ainda restavam dúvidas, o caráter entreguista que imprimirá ao seu governo.

Entre uma e outra pantomima, poses ensaiadas e tiradas de efeito publicitário para vender uma imagem jovial e atlética, o presidente eleito reuniu-se não só com os chefes de Estado dos EUA, URSS, Alemanha Ocidental, Japão, Inglaterra, França e Itália, mas também com a nata do empresariado norte-americano, japonês e europeu em encontros públicos cheios de solemnidade e em colóquios secretos.

Foi a oportunidade que Collor teve para ouvir daqueles que manipulam os cordéis do poder político e econômico mundial suas expectativas e demandas em relação ao futuro governo.

Os agiotas internacionais não podiam ter sido mais claros. Para eles o Brasil precisa fazer um acordo com o FMI e promover urgentemente os ajustes recomendados pela instituição. A ênfase é dada à implantação de um programa neo-liberal, ao estilo do que é praticado por Menem na Argentina, de conseqüências tão nefastas para o país vizinho. Entre uma e outra promessa de enviar "dinheiro novo", a oligarquia financeira mundial propõe que o novo governo dê tratamento privilegiado ao capital estrangeiro, estenda a limites extremos o processo de internacionalização da nossa economia, liquide a reserva de mercado, privatize e sucateie o setor estatal.

Com relação à dívida as propostas dos banqueiros internacionais chegam a ser indecorosas. O Japão sugeriu a compra dos títulos da dívida externa e sua posterior troca por jazidas auríferas estimadas no valor de 200 bilhões

de dólares. E os norte-americanos reintroduziram na cena o chamado "Plano Brady", que o presidente George Bush se apressou a apresentar como seu — o "Plano Bush". Indicam como paradigma o exemplo mexicano, pioneiro na aplicação do plano.

Fernando Collor foi também muito claro com seus interlocutores. Prometeu submeter-se às exigências do capital estrangeiro, com os quais se esmerou em afinar o discurso. "Promoverei a integração mais ampla e densa do Brasil à economia mundial", pontificou. "Deveremos equacionar o problema da dívida externa por meio de uma ampla renegociação através da implementação de nosso programa de ajustamento e de reformas", assegurou.

Nisso consiste o "excelente desempenho", o "grande proveito" da viagem do presidente eleito ao exterior, no entender da grande imprensa e das redes de televisão, e justifica os rasgados elogios que tem recebido dos representantes do capital monopolista brasileiro, dos chefes de Estado e empresários que visitou. Alguns chegaram mesmo a prever que "Color poderá fazer o melhor governo da história do Brasil".

Mas os resultados da visita do novo presidente aos principais centros políticos e econômicos do mundo não anunciam nada de alvissareiro. Apenas confirmam a linha entreguista que inspira seu programa e o plano de ação governamental em elaboração. Deixam claro o significado da "reconstrução nacional" que empreenderá. O Brasil, sob Collor, estará em vias de se tornar definitivamente uma colônia do imperialismo.

Os trabalhadores, os democratas e patriotas devem, portanto, fazer soar forte o alarme da consciência nacional e inscrever com a maior nitidez em seu programa oposicionista a bandeira de luta pela independência e soberania.

Parecendo com o que é

José Reinaldo Carvalho

O terremoto anticomunista, cujo epicentro está na URSS e nos países do Leste europeu, atravessa fronteiras e faz vir à tona, também no Brasil, figuras mumificadas e velhos conceitos do pensamento revisionista, cujos porta-vozes tentam, pressurosos, adaptar-se às novas situações, despindo por completo as fantasias com que por muito tempo se dissimularam.

Os estragos se fazem sentir nas fileiras do velho "partidão", mais uma vez mergulhado em profunda crise interna, descendo ladeira abaixo, buscando pateticamente parecer com o que sempre foi — um partido burguês. Em recente reunião do seu comitê central entrou em pauta a discussão sobre a mudança do nome e dos símbolos, no que aliás os revisionistas tupiniquins mostram um resto de coerência — afinal, por que chamar-se de comunista um partido que defende preciosidades do tipo: "Um novo modelo de desenvolvimento necessariamente nos marcos do capitalismo, mas não concentrador de renda e submetido a controles sociais, no qual o mundo do trabalho possa exercer uma parceria conflitiva (sic!) com o capital; uma integração competitiva e soberana (sic!) na economia mundial, conforme um de seus dirigentes, Jarbas de Holanda escreveu na "Fo-

lha de São Paulo — no último dia 8?

A idéia dominante nesse minúsculo agrupamento, esposada por seus principais dirigentes, Malina e Freire, é do "socialismo renovado", da nova esquerda, com a construção de um partido integrado por correntes social-democratas, "perestroiqueanas" e outras que vagam por aí.

A tragédia que acometeu os partidos revisionistas na URSS e nos países do Leste é como que um script em grande escala do caminho que também é percorrido por seus afiliados do hemisfério sul. A colaboração com a burguesia, a renegação aos princípios do marxismo-leninismo, a capitulação às exigências dos imperialistas, uma vez adotada como conduta, exercem sua lógica férrea e levam a que a realização da missão histórica dos traidores da revolução se torne indisfarçável com incrível nitidez de traços e cores.

Os revisionistas daqui e do Leste chegam assim ao fundo do poço, tragados pela própria mediocridade. A clara revelação de seu caráter prepara o seu completo desmascaramento, alça a novo patamar a luta contra o revisionismo, em defesa do marxismo-leninismo e de sua aplicação criadora.

Um novo cenário

Maria Dolores*

O Brasil não é mais o mesmo depois da histórica disputa pela sucessão presidencial. Esta afirmação, dita repetidas vezes por vários segmentos da sociedade, reflete um sentimento generalizado do povo de que o país e, em particular, as forças populares e progressistas obtiveram no último pleito uma vitória política estratégica, mesmo levando em consideração a derrota eleitoral.

A batalha eleitoral, capitaneada pelas forças políticas de esquerda, fez avançar consideravelmente a consciência política do povo e, pela primeira vez, a nítida polarização elite x povo emergiu. E, além disso, com reais condições de chegar ao poder graças ao grau das contradições sociais reinantes no Brasil e à capacidade de assimilações das propostas apresentadas pela Frente Brasil Popular nos primeiro e segundo turnos.

No "Brasil Novo" que surge, o resultado eleitoral do Rio de Janeiro deu uma demonstração do inequívoco avanço político obtido no campo popular, resultante igualmente das alianças da Frente no segundo turno, quando Lula obteve 70% da votação, encerrando as elites e criando um novo cenário para a disputa eleitoral neste ano.

Para tanto, muito contribuiu a ampla união do campo popular, destacando-se o apoio engajado do PDT e de seu principal líder, o ex-governador Leonel Brizola. É

no palco com este cenário que se realizam os ensaios das articulações para a disputa eleitoral que se aproxima. A movimentação se dá em dois níveis: de um lado o esquema do presidente eleito Collor de Mello, que procura aglutinar uma candidatura maior e impedir a vitória de uma candidatura das forças progressistas, visando com isso impedir que o Rio de Janeiro se transforme na principal base nacional de oposição popular ao governo federal.

De outro lado descortina-se o campo progressista, composto pelo PDT, PT, PCdoB, PSB, PV, PCB e os membros da esquerda do PSDB e do PMDB. Essa possibilidade, caso se concretize, deverá viabilizar uma candidatura única que, certamente, determinará a vitória dessas forças já no primeiro turno e através do expediente das coligações proporcionais eleger uma poderosa bancada para o Congresso Nacional e para a Assembléia Legislativa.

Nesse sentido, o PCdoB, após traçar uma avaliação positiva da frente obtida na disputa presidencial, defende a continuidade da unidade dessas forças, o que significará um passo a mais na união das forças populares. Observa também que a concretização desse projeto político no Rio de Janeiro contribuirá sobremaneira, como uma causa de ressonância, para a vitória popular em escala nacional.

* presidente do PCdoB no Rio de Janeiro e membro da direção nacional

Um grande fato político

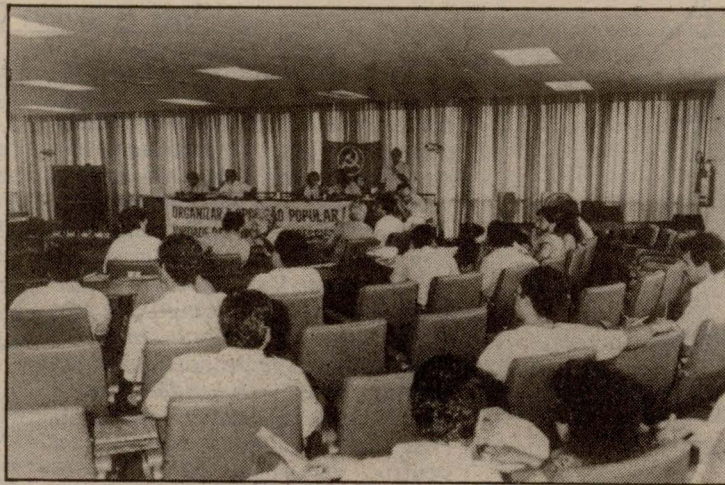
Vera Jursys/Fóton

Vera Jursys/Fóton

Durante 4 dias, de 25 a 28 de janeiro o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil realizou no auditório Pedroso Horta da Câmara Municipal de São Paulo sua 8ª sessão plenária, ampliada com a presença de representantes de comitês regionais e parlamentares comunistas que não integram o órgão. Na opinião de Olival Freire Jr., presidente regional do PCdoB em São Paulo e membro de sua Executiva Nacional, "a reunião foi um importante fato político, de interesse não só dos comunistas mas também das demais forças democráticas e populares, na medida em que traçou perspectivas para a luta oposicionista na nova situação que vive o país". Na sua opinião, o 8º Pleno do CC do PCdoB ganhou significado também pela profundidade com que foi discutida a situação no Leste europeu e foram debatidas as questões teóricas e ideológicas da luta contra o revisionismo.

Pauta extensa

Os dirigentes comunistas debateram-se sobre uma extensa pauta. No primeiro ponto, fez-se um balanço da campanha eleitoral do ano passado, a análise da situação política e decidiu-se sobre a conduta do Partido em relação ao governo Collor. A partir do informe apresentado pelo presidente nacional do Partido, João Amazonas, o pleno do CC propõe a organização do movimento oposicionista a Col-



Comunistas traçam novos rumos para luta oposicionista

lor, "que deve ter caráter democrático e popular e abarcar amplas forças progressistas, numa unidade em nível mais elevado". O documento que publicamos na íntegra na página 5 sintetiza as discussões sobre esse ponto.

Em seguida, o vice-presidente nacional do Partido, José Renato Rabelo (ver também entrevista às páginas 6 e 7) abriu o segundo ponto da ordem do dia, que tratou sobre a estratégia eleitoral do PCdoB para este ano.

Ao traçar a orientação para organizar a luta oposicionista ao governo Collor e definir metas e táticas para a campanha eleitoral, a direção nacional do PCdoB deu ênfase à necessidade de ampliar a frente formada na sucessão presidencial, com a incorporação do PDT e de setores e personali-

dades que se desprendem do PMDB e PSDB, entendendo que o eixo da unidade são as forças de oposição popular, de esquerda, e não as da oposição burguesa vacilante.

No terceiro ponto da pauta, apresentado pelo secretário-geral, Dynéas Aguiar, realizou-se um profundo debate sobre os acontecimentos no Leste europeu e na URSS. Com espírito científico e maturidade política e ideológica, o pleno ampliado da direção nacional do PCdoB fez uma reflexão sobre a campanha anticomunista, o revisionismo e suas causas, tendo em vista armar os comunistas e os revolucionários para a luta teórica e ideológica (ver artigo na pág. 19).

Visita de Lula

Acompanhado do presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Eduardo Matarazzo Suplicy e do presidente na-



Lula: "Amazonas deu demonstração de desprendimento"

cional do Partido dos Trabalhadores, deputado Luiz Guschiken, Lula fez na tarde do dia 28 uma visita à reunião do CC do PCdoB. Segundo ele, "assim que terminaram as eleições do ano passado pedi ao companheiro João Amazonas para parabenizar o PCdoB na primeira oportunidade que a direção se reunisse".

Lula foi saudado por Sérgio Miranda, vereador do PCdoB em Belo Horizonte e membro da Executiva Nacional. O dirigente comunista relembrou os momentos da campanha e reafirmou a disposição do PCdoB para prosseguir lutando pela unidade das forças de esquerda, democráticas e populares a fim de enfrentar a direita.

"As eleições mostraram a

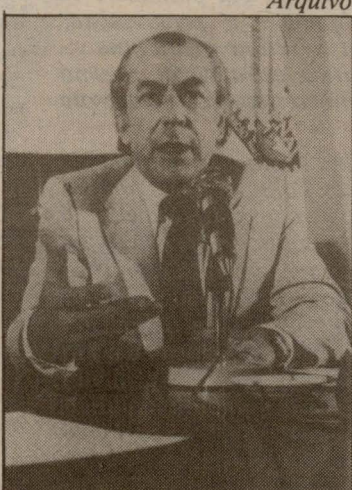
garra da militância dos nossos partidos", disse Lula em sua resposta. "Vocês, do PCdoB, tiveram muita dignidade nesse processo, dignidade que tem que ser enaltecida. Muitas vezes vocês deram tudo sem receber nada e cumpriram ao pé da letra todos os acordos feitos". Lula disse ainda achar importante "fazer o reconhecimento público do papel desempenhado na campanha pelo presidente nacional do PCdoB, João Amazonas", que na sua opinião "deu uma grande demonstração de desprendimento". Lula também disse acreditar no caminho da unidade entre as forças de esquerda, "pois é neste instante que teremos de mostrar que a aliança que fizemos não foi meramente eleitoral".

PCdoB reúne-se com Brizola

A direção nacional do PCdoB está fazendo contato com várias forças políticas, tendo em vista ampliar e reforçar a unidade entre os partidos, personalidades e setores do campo democrático e popular. No dia 21 de janeiro, os dirigentes nacionais do PCdoB, João Amazonas, e José Renato Rabelo foram recebidos por Leonel Brizola e pelo prefeito do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, na residência do ex-governador. Novo encontro já foi agendado para a próxima semana.

Foi uma conversação preliminar em que se fez uma apreciação geral da situação política do país e onde se constatou uma identidade de opiniões sobre a natureza do governo Collor e a necessidade de organizar a oposição democrática e popular.

Brizola foi muito claro e enfático ao rejeitar qualquer contato partidário com o governo Collor, salvo em nível do Congresso Nacional para discutir questões concretas de interesse do país, coincidindo, portanto, com a opinião de



Arquivo

João Amazonas, segundo o qual o movimento democrático e popular deve fazer oposição conseqüente.

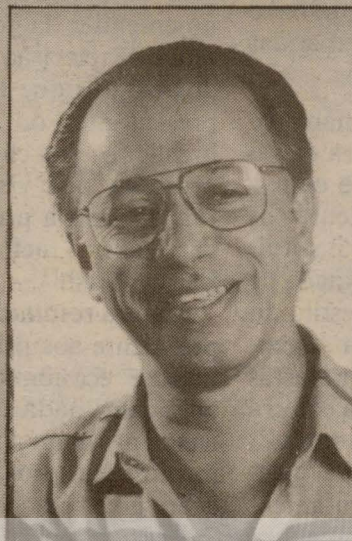
Os dirigentes comunistas e os líderes pedetistas concordaram também com a necessidade de encontrar formas e meios para viabilizar uma ampla frente política entre os setores democráticos e progressistas, que devem marchar unidos, com candidatos comuns nos Estados nas eleições deste ano.

Intrigas e provocações

A reunião do Comitê Central do PCdoB foi alvo de intrigas e provocações na imprensa. O jornal "O Estado de S. Paulo", com o intuito de semear a cizânia entre o PCdoB e as demais correntes progressistas e populares, divulgou notícias falsas e distorceu a orientação adotada na reunião da direção nacional dos comunistas, atribuindo ao deputado federal Haroldo Lima, também membro da Executiva Nacional do Partido, declarações que este não deu. O deputado, em nome da verdade e em respeito à opinião pública, dirigiu-se ao "O Estado de S. Paulo" através de carta que reproduzimos abaixo.

São Paulo, 28 de Janeiro de 1990.
Sr. Redator:

O "Estado", nas edições de 27 e 28 passadas, referindo-se à reunião que o Comitê Central do PCdoB aqui realizou, este fim de semana, res-



salta a condição que a reunião teria definido para a realização de alianças políticas. Apresenta, como minha, a declaração "não faremos alianças com quem quiser defender a perestroika no Leste europeu". Não sendo essa nossa opinião, solicito de V.S. a divulgação do seguinte a título de correção.

Nosso partido enfrenta duas tarefas básicas: sua própria construção partidária e a realização de alianças com outras agremiações. Na primeira, o critério que usa é o ideológico. Na segunda, é o político. O PCdoB não aceitaria em suas próprias fileiras alguém que, por exemplo, defenda a perestroika, que entende ser a consumação da restauração capitalista na URSS e no Leste europeu. Por outro lado, na realização de alianças políticas, a identidade ideológica completa não é critério, mas sim o consenso face às tarefas políticas do país e do momento.

A reunião do Comitê Central não destacou obstáculos para a continuidade da frente que há pouco fez com o PT e outros partidos. Fixou, ao contrário, posição favorável à perestroika, o que é uma vitória da esquerda. Atenciosamente,
Haroldo Lima

CDM - Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A unidade popular continua sendo a chave da vitória

Documento do Comitê Central do PCdoB sobre o momento político nacional.

Vera Jursys/Fóton

Após circunstanciado balanço do pleito de novembro-dezembro do ano passado e do exame da realidade política surgida com a eleição de Fernando Collor à presidência da República, o Partido Comunista do Brasil aponta a necessidade da organização imediata em plano nacional de um amplo e poderoso movimento de oposição popular do qual participem as forças democráticas que se unificaram no 2.º turno para continuar a luta do povo brasileiro contra as elites conservadoras e reacionárias do país.

A unidade das esquerdas e das correntes populares, representada pela Frente Brasil Popular e pelo Movimento Lula Presidente, alcançou inusitado êxito. Num acirrada e desigual disputa eleitoral, obteve largo apoio da população expressado em mais de 31 milhões de sufrágios contra 35 do adversário de direita. A unidade permitiu a elevação da consciência política do povo orientada para a compreensão das causas e da saída da crise profunda que o Brasil atravessa. Centrou a luta nos inimigos principais — as forças retrógradas aliadas ao capital estrangeiro — que em defesa de seus interesses freiam o progresso do país e comprometem a soberania nacional.

A luta, porém, não terminou. Nada de bom ou mesmo de sofrível se pode esperar do novo governo. Collor é um típico representante do conservadorismo oligárquico, dos banqueiros, dos usineiros e latifundiários, do grande empresariado, que chega ao poder disposto a levar às últimas consequências a política de esmoamento do povo e de atrelamento maior do Brasil aos espoliadores imperialistas. Já anunciou que pagará a dívida externa, que abrirá de par em par as portas do país ao capital financeiro internacional, que negociará a integridade da Amazônia brasileira sob o pretexto de defesa ambiental, que privatizará empresas estatais de fundamental impor-



João Amazonas, depois de falar à reunião que aprovou o documento

tância para o desenvolvimento do Brasil. Seu combate à inflação segue os moldes do FMI, conduzirá à recessão. Antes mesmo de ocupar o Palácio do Planalto desmascara-se. Durante a campanha eleitoral propalou que iria substituir os ministérios militares por um Ministério da Defesa e que extingüiria o SNI. Pura demagogia. Já escolheu três ministros militares e possivelmente mais um — o do EMFA. O SNI será mantido com alterações superficiais. Suas atitudes na campanha e pós-campanha revelam traços nítidos de personalismo fascista.

É de supor a médio prazo, com a posse de Collor, brutal agravamento da situação do país. Especialmente das condições de vida da maioria da população. Nunca foi tão clara a bifurcação de caminhos: ou o rumo do desenvolvimento independente, democrático e progressista do Brasil, como querem as forças populares e de esquerda, ou a onda imperialista da internacionalização da economia, da quebra das barreiras nacionais que leva à completa dependência e subordinação à oligarquia financeira mundial, tal como preconiza o desastroso político furtacor. Os brasileiros amantes da liberdade, do progresso e da independência da pátria precisam prepa-

rar-se para novas e grandes batalhas políticas.

A união do povo é imprescindível. Já foi demonstrado na luta eleitoral. É a grande lição que as massas aprenderam no curso de 1989. O entrelaçamento das bandeiras do PT, PCdoB, PSB, PDT, PV, UJS nos gigantescos comícios eleitorais mostrava a força da unidade popular. Seria ilusório pensar que um único partido ou segmento social, importante que fosse, conseguiria derrotar poderosos inimigos e alcançar sozinho a vitória. Desorganizado e dividido o povo é presa fácil da demagogia ou das falsas soluções. Collor compreende o significado da união das forças progressistas. Por isso, um dos seus objetivos principais é tentar destruir a unidade popular, impedir que se consolide a frente criada na campanha Lula presidente.

A unidade é possível e necessária, constitui a grande tarefa do momento. Concordamos ser pouca a experiência política de frente única no país. Nem sempre se compreende que o exclusivismo partidário é incompatível com a idéia da frente. Ainda que não desapareça a identidade própria de cada partido ou lideranças políticas, ela se afirma na luta comum por objetivos comuns. Disputas entre

componentes da frente não se justificam. As desigualdades de pontos-de-vistas em questões programáticas de cada organização são admissíveis. Do contrário, não haveria necessidade da frente única. O que une é o programa aceito por todos visando metas determinadas. A autoridade junto às massas é ganha, em primeiro lugar, pela frente e, dentro dela, por aqueles que melhor interpretem a sua finalidade e contribuam para o seu avanço.

Assim entendendo os problemas atuais do Brasil, o PCdoB dirige-se a todas as forças democráticas, aos partidos de esquerda e de feição popular, aos setores mais avançados do PMDB e do PSDB, às personalidades de destaque na luta nacional, como Miguel Arraes, Luís Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola e Waldir Pires, à intelectualidade progressista, aos trabalhadores em geral, à juventude e às mulheres, buscando promover a idéia da criação de um Movimento Democrático de Oposição Popular capaz de barrar a marcha antipovo e antinacional do governo Collor e gerar condições favoráveis às mudanças de fundo que o país reclama. É nossa opinião que se impõe a articulação imediata desse Movimento, bem como a elaboração de um Programa e o estabeleci-

mento de uma coordenação do mesmo.

Uma das grandes tarefas do Movimento de Oposição Popular, em 1990, é a conquista de forte e numerosa bancada no Congresso, em especial na Câmara dos Deputados, onde haverá sérios confrontos com a política do governo e com os representantes das velhas oligarquias. É também a conquista da governança de vários Estados, entre os quais o Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, entre outros, assim como o reforçamento das posições nas Assembleias Legislativas. Acreditamos serem necessárias as Coligações Partidárias, com chapas únicas de todos os partidos, levando-se em conta o peso eleitoral específico e a influência política de cada organização partidária. A escolha dos candidatos majoritários deverá obedecer ao mesmo critério, discutindo-se conjuntamente os nomes a serem indicados. Deve-se evitar a dispersão e considerar que o 2.º turno se decide no 1.º, como tornou-se evidente na última campanha presidencial.

O Partido Comunista do Brasil julga ruínosa a política eleitoral de cada um por si, que conduziria inevitavelmente à divisão e choques entre as forças democráticas e progressistas, um passo atrás do que se conquistou na caminhada democrática do ano passado. Por mais respeitáveis que sejam, os interesses partidistas não deverão sobrepor-se aos da maioria da nação brasileira que reclama unidade e luta comum para desvencilhar-se das peias do atraso, da dependência, da degradação a que se encontra submetida.

Estamos abertos à discussão franca e fraternal com todos os que almejam a liberdade, o progresso, a independência da pátria. O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
São Paulo, janeiro de 1990

ENTREVISTA
Renato Rabelo

Começa a batalha política mais importante do ano

Entrevista a José Reinaldo Carvalho

O vice-presidente nacional do Partido Comunista do Brasil fala à *Classe* sobre o momento político e apresenta as conclusões da reunião do Comitê Central do Partido sobre a campanha eleitoral desse ano, e a formação de um movimento democrático de oposição popular ao governo Collor, com a união de amplas forças políticas progressistas e de esquerda.

Classe — Qual o significado da batalha eleitoral deste ano?

Renato — É a primeira eleição após a batalha do ano passado na qual houve uma grande polarização, a nação praticamente se dividiu meio a meio. Neste ano vão estar em jogo uma série de posições. Será eleito um novo Congresso Nacional (um terço do Senado e a totalidade da Câmara dos Deputados), governadores estaduais e as Assembleias Legislativas estaduais. Sobretudo a eleição do Congresso Nacional reveste-se de grande significado porque hoje o Congresso tem maiores poderes, conferidos pela nova Constituição. Além disso, a depender do resultado do plebiscito sobre o sistema de governo a se realizar em 1993, caso vença o parlamentarismo, o Congresso elegerá o primeiro-ministro, que poderá inclusive sair de suas fileiras. É por isso que as mais expressivas lideranças políticas estão se candidatando a deputado federal, prevenindo essa possibilidade. Então, o que verificamos é que nestas eleições estarão em disputa importantes posições que jogarão papel destacado nas futuras batalhas políticas.

A esquerda avançou e o povo elevou seu nível de consciência

Classe — Qual a singularidade da campanha de 1990 em relação às anteriores?

Renato — É, cada batalha é uma batalha. A particularidade mais importante é que a correlação de forças é diferente porque houve um grande avanço dos setores populares e de esquerda, o que ficou evidenciado nas duas últimas eleições (a municipal de 1988 e a presidencial de 1989). Este é um dado significativo a ser

considerado. Outro aspecto a levar em conta é que houve uma elevação da consciência política do povo. Na eleição para presidente da República vieram à tona os grandes temas nacionais, em torno dos quais houve intenso debate, como por exemplo a dívida externa, a reforma agrária, o papel dos militares na vida nacional, o papel do Estado na economia etc. Nesse debate uma

parcela maior do povo foi descobrindo de que lado estão aqueles que realmente defendem seus interesses fundamentais, já que anteriormente havia uma certa confusão em torno disso. Outra particularidade é que as próximas eleições se farão em nível estadual e a eleição para governador será pela primeira vez em dois turnos. Será uma nova experiência que poderá acarretar resultados diferentes. Antes um governador poderia ser eleito com 30% ou até menos dos votos, mas agora, queira ou não queira, a eleição em dois turnos acaba propiciando uma polarização em nível estadual, polarização que acompanha a que ocorreu em nível nacional na última batalha. A tendência é, portanto, uma disputa no segundo turno entre um candidato da esquerda

e outro da direita. E isto é um fator importante para a conscientização política do povo.

A principal tendência é que se repita a polarização eleitoral

Classe — Comente mais o fenômeno da polarização. Você acha que a nação voltará a se apresentar eleitoralmente dividida?

Renato — A tendência principal é que se repita o fenômeno, guardadas as diferenças, porque se trata de eleições estaduais, em que estão muito presentes interesses regionais. Mas guardadas as proporções, a tendência é que a polarização ocorra, até porque as eleições em dois turnos levam naturalmente a isso. Aliás, muitos candidatos da direita já estão prevenindo que vão disputar o segundo turno com um candidato da esquerda. E os candidatos da esquerda, por seu turno, também raciocinam assim. Então é possível que a polarização seja a tendência principal. Os candidatos já estão elaborando suas plataformas e montando seus esquemas de alianças, tendo isso bem presente, com o objetivo de formar as forças de cada campo. É claro que em alguns Estados ainda vão ocorrer divisões no campo da esquerda e no campo da direita. É uma possibilidade real, embora estejamos desenvolvendo um esforço para procurar unir todas as for-

Vera Jursys/Fóton

ças de esquerda já no primeiro turno porque a experiência anterior mostra que para ganhar o segundo turno é necessário vencer no primeiro.

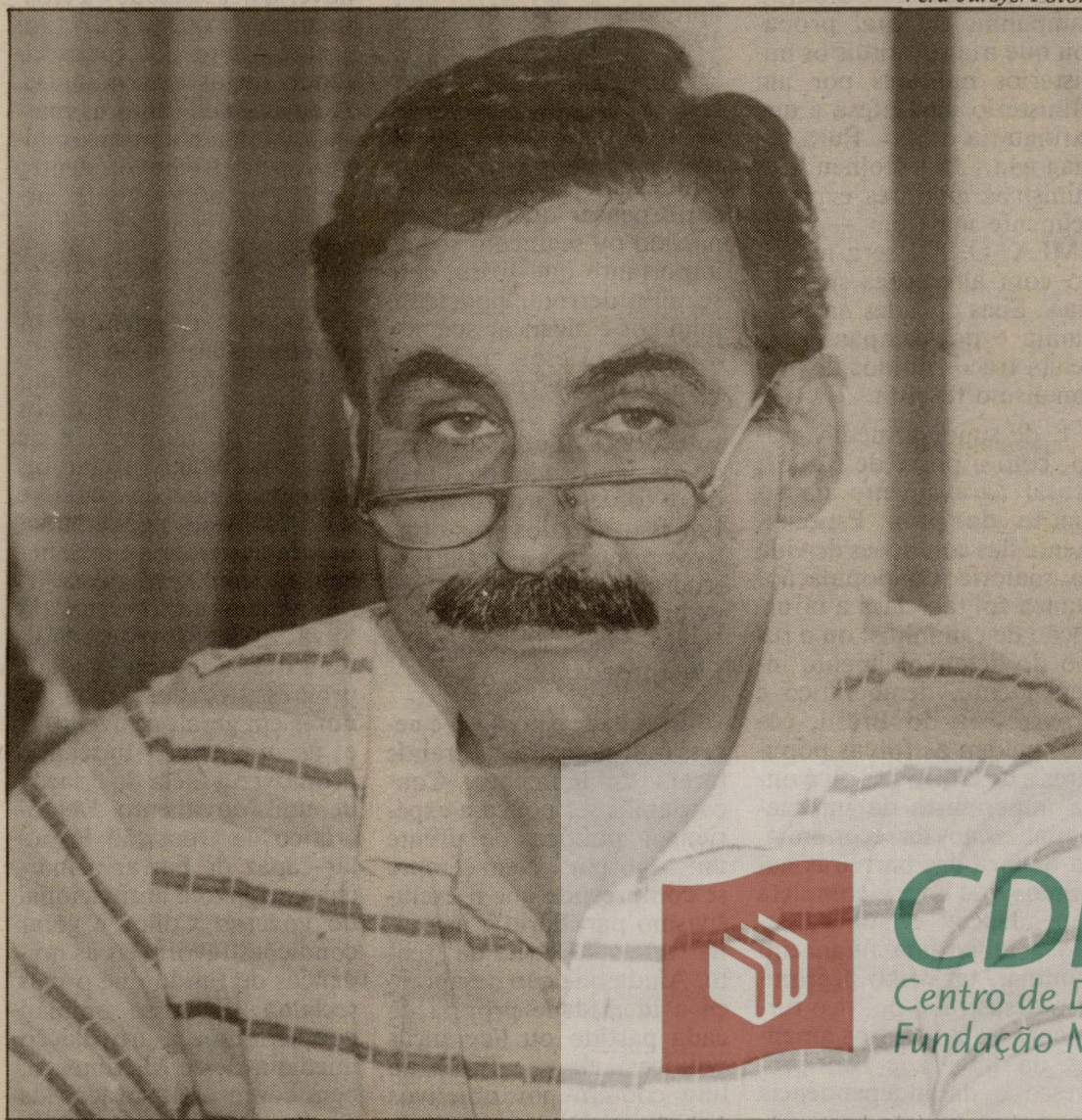
Classe — Está havendo no país um certo realinhamento das forças políticas. Como você analisa isso?

Renato — O realinhamento de forças decorre do novo quadro político criado pela eleição do ano passado. Hoje aparecem basicamente dois pólos. Um deles é o novo governo. Queira ou não queira, com sua eleição, Collor passou a ser o centro da articulação pela direita e pelo centro-direita. O outro pólo é o da esquerda, que também é fruto do resultado das últimas eleições. Nesse pólo temos lideranças importantes em torno das quais essa articulação de esquerda vai ocorrendo. Nomes como Miguel Arraes, Lula, Brizola, Waldir Pires e outros se projetam no país. Esses dois campos vão se definindo também em torno das novas posições que os diversos partidos vêm tomando. É preciso ressaltar ainda que os partidos maiores, os partidos das classes dominantes estão praticamente divididos e se esfacelando. É o caso sobretudo do PMDB, do PFL e outros. Esses partidos vão se compondo basicamente no campo da direita, de Collor. O setor de esquerda do PMDB se desmembra e se aproxima do pólo popular. Há o caso também do PSDB, que procurou se constituir como uma alternativa de centro, mas uma parte dele caminha rumo a Collor e outra rumo à esquerda. Portanto o realinhamento vai se dando em função desses dois núcleos.

Existe um grande anseio das bases pela unidade entre os progressistas

Classe — A esquerda marchará unida nas próximas eleições?

Renato — Existe um anseio muito grande sobretudo das bases e dos setores de massa dos partidos de esquerda pela unidade. Isso ocorre tanto no PT, como no PDT, no PSB e em todos os partidos de esquerda. É um anseio forte que vem de baixo. Mas para conseguirmos essa unidade nesta nova fase política, temos que realizar um novo trabalho. E aí aparecem alguns obstáculos. Como as eleições se decidirão ao nível de cada Estado, estão pesando muito os interesses regionais, que às vezes acabam suplantando os interesses maiores nacionais, a unidade em nível nacional. Aí reside uma primeira dificuldade. A segunda são as incompreensões existentes em alguns partidos ou pelo menos em setores desses partidos quanto à importância da frente e seu papel político em relação ao governo de Collor, que vai lançar mão de demagogia para envol-



O vice-presidente do PCdoB considera viável a formação de um amplo movimento de oposição a Collor

ver até mesmo setores populares. Um dos objetivos dele é dividir o campo popular, o que aumenta a importância de os partidos de esquerda se unirem para enfrentar um governo como esse que conta com o apoio do grande capital, do capital estrangeiro, dos grandes grupos econômicos.

Classe — Quais as possibilidades de êxito da esquerda nas próximas eleições?

Renato — O êxito da esquerda, a conquista de uma grande bancada no Congresso Nacional, a eleição de governadores em vários Estados, depende de como respondermos a esse desafio da unidade.

Se conseguirmos concretizar a formação de uma frente de esquerda mais ampla, englobando setores populares e democráticos, poderemos eleger uma bancada maior e mais representativa no Congresso Nacional. Quem sabe, possamos eleger de 150 a 200 deputados de todo esse campo de esquerda, democrático, popular.

Mas se não conseguirmos formar uma frente mais ampla de todos esses setores, será mais difícil eleger uma grande bancada. Então tudo depende da unificação dessas forças em nível nacional. Um desempenho eleitoral tímido estará em contradição com a performance e a votação alcançada pela esquerda nas eleições presidenciais. A diferença entre o nosso campo e o Collor foi muito reduzida. A votação recebida pela Frente Brasil Popular e pelos setores que a apoiaram no segundo turno — mais de 30 milhões de sufrágios — é um dado a mais de que seria um erro sairmos divididos nas próximas eleições, o que levaria a não se aproveitar toda essa potencialidade mostrada nas eleições passadas.

Classe — Você acha que o PCdoB se credenciou como importante força política para alcançar bons resultados nas próximas eleições?

Renato — Sem dúvida. O nosso Partido, com o resultado das eleições de 1989, aumentou sua influência política porque ele foi uma força participante de uma frente vitoriosa no primeiro turno. Além de ter participado dessa frente, o PCdoB foi uma força decisiva na própria aglutinação da frente. Alguns chegam a dizer, inclusive fora de nosso Partido, que o PCdoB foi o artífice da Frente Brasil Popular.

Além do mais, o nome do Partido também se projetou para as amplas massas. Ele se tornou muito mais conhecido. E apesar de ainda em medida insatisfatória, as fileiras do PCdoB cresceram numericamente. Portanto vamos entrar nessa campanha eleitoral em condições mais favoráveis. A própria elevação da consciên-



O PCdoB voltará com a mesma garra às ruas para eleger uma grande bancada.

cia política do povo nos favorece.

Temos condições de duplicar nossa bancada no Congresso Nacional

Classe — Quais os objetivos traçados pelo PCdoB para a eleição deste ano?

Renato — Em termos gerais é compor a frente a que me referi e contribuir para que a esquerda e os setores democráticos e populares elejam uma grande bancada para o Congresso Nacional, senadores em alguns Estados importantes e governadores em 10 a 12 Estados. Quanto aos nossos objetivos específicos, não cogitamos em disputar eleições para os governos estaduais, e para o Senado pois não temos condições nem interesse político nisso. O nosso objetivo é sobretudo disputar as eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Legislativas estaduais, elegendo deputados federais e estaduais. E a ênfase nisso deve ser dada à eleição para a Câmara Federal. Nesse caso, devemos lutar para pelo menos duplicar a nossa bancada (de seis atuais para no mínimo 12). Faremos esforço também para eleger deputados estaduais nos Estados mais importantes, em torno de 12 a 15 Estados, o que nos levaria a ficar com uns 15 a 20 deputados estaduais. São objetivos realistas, fixados em função da força que o Partido tem e do quadro político.

Classe — Quais são os meios para alcançar esses objetivos?

Renato — Em primeiro lugar será necessário lutar pela

unidade e para atrair o máximo de forças democráticas e populares. Em segundo lugar, devemos lutar para fazer coligações em todos os níveis, não só para as eleições majoritárias, mas também para as proporcionais. Em terceiro lugar o Partido precisa aparecer com a sua fisionomia própria, o que deve ser feito também pelos partidos aliados. Além do mais será necessário um bom trabalho de propaganda pela televisão, preparar bem os programas, dispor de tempo próprio e promover uma ampla agitação e propaganda. Finalmente, será necessário organizar comitês para que possamos ganhar o voto, o que na linguagem corrente da luta eleitoral significa "amarrar o voto". Devemos levar em conta a possibilidade de realizar "dobradinhas" com candidatos de outros partidos aliados. Por exemplo, um candidato do PCdoB a deputado federal pode fazer "dobradinha" com vários candidatos a deputado estadual de outras legendas que participem da frente, ou vice-versa. Tudo isso faz parte da tática eleitoral que adotaremos.

O PCdoB aumentou sua influência política e alcançou projeção

Classe — No documento que publicamos nesta edição (pág. 5) o Comitê Central do PCdoB está propondo a formação de um movimento democrático de oposição popular. É uma tarefa exequível? Esse movimento envolverá que partidos, setores e personalidades?

Renato — A possibilidade de formar esse movimento é real e nós vamos batalhar para concretizá-la. A questão que se coloca é que este movimento deveria ser formado já no bojo do processo eleitoral, porque as eleições deste ano constituem a primeira grande batalha política no novo período. Não podemos formar um movimento de oposição ao governo Collor fora dessa batalha. Daí a necessidade de articular o movimento de oposição ao nível de cada Estado para enfrentar o governo Collor nas eleições. Daí também emana a nossa conclusão de que a unidade é fundamental para vencermos as eleições. O próprio Collor está também compondo as suas forças para as eleições, já tem seus candidatos. Então se não organizarmos as forças do campo da esquerda e dos setores democráticos e populares, como vamos enfrentar o governo Collor?

Como iremos fazer oposição conseqüente? Compõem esse movimento democrático de oposição popular os partidos que já faziam parte da Frente Brasil Popular (PT, PCdoB e PSB) e mais o PDT, que participou do segundo turno, setores progressistas do PMDB que já estão se deslocando e setores do PSDB que discordam da posição centrista e vacilante do partido. Portanto, o movimento deve englobar esse conjunto de forças políticas. Além disso poderão participar também as organizações de massas, desde que tomem decisões nos seus foruns de forma democrática.

Existem possibilidades de criar o movimento de oposição popular

Classe — Qual o caráter da oposição ao governo Collor, levando em conta que o adversário é populista, demagogo, autoritário e conta com poderoso apoio dos grandes grupos econômicos e dos meios de comunicação?

Renato — Não podemos conceber a oposição a Collor como algo ligeiro, superficial e imediatista. É necessário ganhar uma parcela significativa da população que votou em Collor e ficou iludida com as bandeiras e a demagogia que ele levantou. Para ganhar essa parcela e consolidar aquela que votou contra Collor, é preciso fazer uma oposição em torno de problemas concretos. Na medida em que o governo Collor for tomando posição, vamos não só criticar como desmascarar suas posições. É um processo de luta que vai se desenvolver. O que é importante nisso é que o povo participe e tome consciência disso, pois a oposição não deve ser de cúpula. Isso é necessário porque à medida em que esse movimento de oposição democrática e popular for crescendo, iremos criando uma alternativa de poder. A verdadeira oposição é aquela que tenha capacidade de criar uma alternativa de poder, pois o que queremos demonstrar é que esse governo não representa os interesses do povo. Representa os interesses das classes dominantes, de uma minoria, portanto, não podemos resolver os problemas fundamentais do país. Para que isso se torne explícito é preciso um certo tempo.

Uma nova safra de entreguismo

Edson Silva *

O presidente eleito despreza todas as lições da história, insiste em aprofundar um modelo que fracassou há décadas e procura adotar uma política econômica ainda mais escandalosamente entreguista.

Passado o tempo da basófia que empregou na campanha eleitoral, o ungido à presidência da República, Fernando Collor, vai confirmar aos olhos da nação sua inquestionável condição de condutor das elites dominantes.

Para ela, ele é o "canal", Collor aliás não deixou dúvidas a respeito em sua longa turnê pelos Estados Unidos, Japão e Europa — os princi-

pais centros de decisão do capital financeiro internacional. Foi precisamente lá, e não aqui, que Collor melhor definiu as linhas mestras de sua política econômica, com destacado privilégio ao capital estrangeiro. "Vou retirar as barreiras existentes no Brasil ao comércio e ao investimento estrangeiro", teria assegurado o presidente, arrogante e presunçoso. Concretamente,

prometeu iniciativas como pôr fim a qualquer tipo de reserva do mercado e retomar as impatrióticas operações financeiras de conversão da dívida externa em investimentos (o que encaixa com sua já anunciada intenção de privatizar empresas estatais).

"Collor é ótimo para nós", diz o líder dos empresários japoneses"

As autoridades, banqueiros e empresários ouviram e elogiaram. Akio Morita, vice-presidente da federação das organizações econômicas (patronais) do Japão, bem inter-

pretou o entusiasmo da plateia de magnatas: ele deu uma boa impressão". Seus planos são claros. Se colocá-los em prática crescerá muito interesse do investidor japonês no Brasil".

Assim se pronunciaram também poderosos capitalistas dos EUA e da Europa. E como "seguro morreu de velho", também aproveitaram para ir direto ao assunto, condicionando sua "generosidade" de realizar investimentos a um acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional — FMI —, cujo doloroso recetário é bem conhecido dos trabalhadores brasileiros e dos amantes da soberania nacional. Nem precisavam explicar o condicionamento, tal a disposição revelada de escancarar as portas e janelas do país, sem reservas, ao capital estrangeiro.

A grande imprensa brasileira se manifestou pelo mesmo diapasão, cobrindo suas páginas com manchetes e comentá-

rios, pretendendo sustentar as afirmações do presidente. Tudo no velho estilo da submissão dos tupiniquins, mal disfarçada com verniz do "moderno" e "neo-liberal".

Ofensiva mostra como é urgente retomar bandeira da soberania

As pretensões do Collor re-colocam na ordem do dia a necessidade de as forças progressistas retomarem, com maior ênfase, a bandeira da defesa dos interesses nacionais. Não faltam argumentos e evidências para demonstrar o pensamento da elite conservadora expresso num recente editorial da "Folha de São Paulo", para quem "a abertura da economia brasileira aos investimentos externos é uma das chaves da equação do desenvolvimento".

Que pobreza de inventiva desses senhores! Que desprezo pela dramática experiência da realidade econômica nacional nas últimas três décadas. Acaso, não foi precisamente com os investimentos maciços do capital internacional, a partir da ditadura militar, que chegamos à encruzilhada dos dias atuais? Não foi com a "ajuda" desse mesmo capital que nossas elites se locupletaram (por meio das "regras do mercado", pelo tráfico de influência e pela corrupção), que a renda se concentra estupidamente, que fomos guinados ao "podium" dos maiores devedores do mundo capitalista — no leste e no ocidente?

Velhas teorias, que foram impostas há décadas e fracassaram

É verdade, como alegam os profetas do mesmismo, que o Brasil não conta com capitais próprios em grau suficiente para assegurar a continuidade de seu desenvolvimento (do tipo verificado até aqui). Logo... não tem nem o terá jamais, a se manter o modelo econômico, socialmente falido, que se pretende seja aprofundado. O desempenho da economia brasileira foi atrelado às imposições e à lógica desse modelo. Foi a opção do regime militar, essencialmente mantida pela "Nova República", apesar de ter se comprovado desastrosa. Como não havia vontade política de sacudir as velhas estruturas econômicas brasileiras, os tecnocratas nativos se valeram do acelerado endividamento externo e vantajosas concessões aos investimentos das multinacionais, na certeza, diziam, de assim lastrear o desenvolvimento nacional. Segundo seu teorema, uma política agressiva e competitiva, de exportações (sustentadas no archo salarial e no incentivo fiscal) não só garantiria o pagamento da dívida e a remessa de lucros e royalties, como há continuidade



Collor com James Baker, secretário de Estado dos EUA: servilismo e subserviência



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Magalhães e Almeida

de, seria capaz de gerar uma dinâmica própria de modernização e desenvolvimento da economia brasileira, a ponto mesmo de sanear velhas chagas sociais.

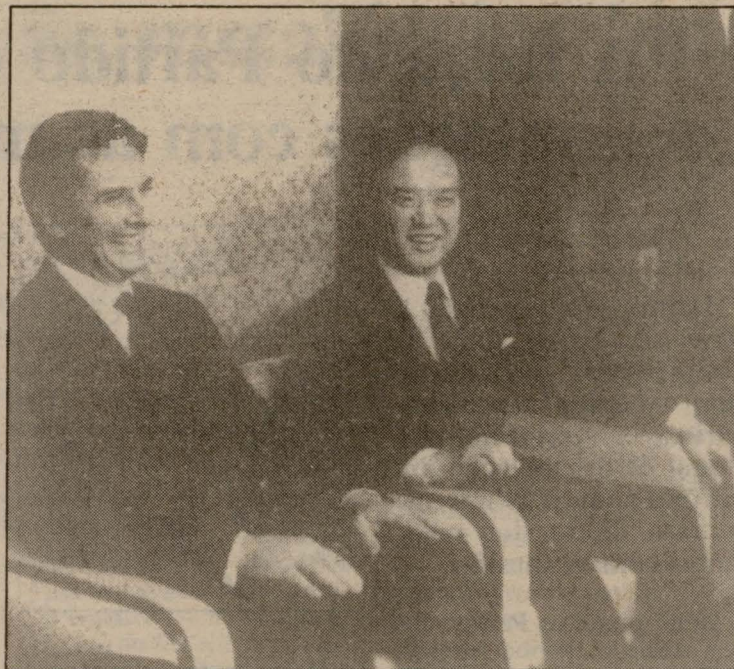
Resultado do modelo: 130 bilhões de dólares remetidos em 20 anos

Decorridos 25 anos, constata-se que efetivamente as exportações cresceram, tanto quanto o saldo da balança comercial, sem, no entanto, tornar o desenvolvimento econômico auto-sustentável. A dívida externa também cresceu, continua lá em cima, ainda que nos últimos anos não tenha entrado "dinheiro novo", como lamentam os governantes. Só saiu, como os 130 bilhões de dólares pagos pelo Brasil, entre 1969 e 1989, sob a forma de juros. A essa espetacular evasão se acrescem as remessas de lucros e a saída ilegal de divisas, por pura especulação. Segundo estudo publicado pelo Banco Central da Inglaterra, uma média anual de 300 milhões de dólares fugiu do Brasil de 1978 a 1982. Cinco anos depois, em 1987 o saque foi ainda mais gigantesco, pulando para 5 bilhões e quinhentos milhões de dólares, pelos dados da mesma fonte. Entre janeiro e maio do ano passado, de acordo com o Banco Central daqui as reservas do Brasil foram diminuídas pela remessa de um bilhão e duzentos e treze milhões de dólares a título de lucros e dividendos, mais trezentos e oitenta milhões de fulga ilegal.

Ao contrário do pretendido, as desigualdades sociais explodiram descomunadamente, com a renda se concentrando incessantemente, e grande parte por consequência do elevado grau de monopolização da economia brasileira, gerando uma aberrante polarização social entre poucos bilionários e uma imensa maioria de brasileiros gradativamente pobres. Que dizer de outros desejáveis frutos produzidos por esses danos do modelo, como a redução dos investimentos públicos em infra-estrutura física e social (estradas, saneamento, educação, tecnologia, habitação, transportes, etc.), a inflação astronômica o, já crônico déficit orçamentário da União, a estagnação econômica que se arrasta há anos, a iminente recessão, a drástica crise social, a imensa dívida interna especulativa e assim por diante.

Capital externo amplia dificuldades, e promove chantagem constante

Decididamente, a chave do desenvolvimento não está no investimento externo. Em se tratando de economias apoiadas por estruturas sociais caídas, como a do Brasil, o capital estrangeiro, invariavel-



Collor com Kaifu, primeiro-ministro do Japão: liberdade total para o capital estrangeiro

mente reproduz em escala extraordinária as dificuldades do capitalismo nos países ricos. A acumulação que ele gera beneficia em parte as elites dominantes do país onde aporta e em maior medida socorre o poder de fogo de suas matrizes. A menor dificuldade e, num gesto de intermitente chantagem, ele migra em busca de melhores oportunidades para a realização de maiores lucros.

Ora, nessas condições (e não há outras demonstradas historicamente), nem pode haver poupança interna para investimento, mas sim virtual descapitalização; nem desenvolvimento seguro, estável, no sentido de promover as potencialidades nacionais, de acordo com o necessário progresso social.

Burguesia proclama: "é preciso entregar tudo aos estrangeiros"

A despeito das evidências, o presidente eleito, sua assessoria econômica e os escribas da burguesia levantam o coro uníssono: "É preciso entregar o resto ao capital estrangeiro, leiloando empresas estatais, convertendo a dívida externa em investimentos (pouco importa que ela já tenha sido paga), pondo fim à reserva de mercado para iniciativas empresariais nacionais, etc. E vamos nós — para o precipício, por certo, se depender dessa gente. Simultaneamente, repetem, há que se implementar um rigoroso combate à inflação. Sequer ficam corados com tanta incoerência, disparate e servilismo.

Não faz muito, analistas econômicos reconheceram que o governo se viu obrigado a interromper as operações de conversão da dívida em investimentos, iniciadas em 1988, por seu efeito inflacionário. Outros simplesmente foram obrigados a taxar essas operações de "positivamente escandalosas". Houve mesmo quem

lembrasse a necessidade de "um processo de responsabilidade contra os responsáveis por concessão tão desastrosa quanto estapafúrdia".

Defesa de operações julgadas "positivamente escandalosas"

É como agem os líderes burgueses: pagam bilhões de dólares em juros de uma dívida comprovadamente inexistente. E, como se não bastasse, trocam parcelas dessa mesma dívida irreal por empresas estatais lucrativas, parte do patrimônio nacional.

Não passa de fanfarronice o dito por Collor no exterior de que sua prioridade será o crescimento econômico. Sarney também disse que a dívida não seria paga com a fome do povo. E o Brasil continuou na mesma. A safra de entreguismo anunciado por Collor esbarra de alguma forma em limitações constitucionais. Até por isso, ele articula apoio no Congresso a fim de garantir, por exemplo, uma regulamentação "adequada" de dispositivos como o artigo 172 da nova Constituição.

Como Sarney, frases vazias e o hábito da fanfarronice

Collor espera contar em sua empreitada desnacionalizante com um "lado bom e um lado ruim" no futuro governo.

Revela-se, portanto, oportuno a conclamação do PCdoB por um amplo movimento político de oposição popular. Aqui está, no prosseguimento da união do povo e das forças progressistas alcançada na eleição do ano passado, a esperança de os interesses nacionais serem defendidos. Mais ainda agora, quando a precária soberania nacional está ameaçada.

* Economista e presidente do PCdoB no Rio Grande do Sul

Previdência Social: e ela não faliu...

Ricardo Avelar*

Um dos fatores mais utilizados para que os conservadores acusassem a Assembléia Nacional Constituinte de "irresponsável" se referia à aprovação dos novos direitos previdenciários. Estes consistiam basicamente na reatualização das aposentadorias e pensões aos valores vigentes no momento da sua concessão e no estabelecimento do Piso Nacional de Salários como o menor valor a ser pago a título dos referidos benefícios. Contra estes direitos elementares se voltaram baterias de argumentos centradas em perspectivas alarmistas.

Neste sentido é que previsões catastróficas quanto ao desempenho financeiro da Previdência Social, caso os novos direitos constitucionais dos aposentados fossem implementados, não foram escassas no mercado. A cifra mais mencionada naquele período dava conta de um déficit previdenciário de 2,5% do PIB. Este resultado deixaria, por um lado, a Previdência numa situação de completa insustentabilidade financeira e, por outro, pressionaria excessivamente o déficit público o que seria completamente incompatível com os objetivos da política econômica ortodoxa de combate à inflação do atual governo. Seguindo orientação fornecida por estas projeções, deu-se início a tentativas de boicote destes direitos. Objetivava-se alterá-los na sua essência ou, na melhor das hipóteses, postergá-los. Tentou-se, também, recorrentemente, desvincular as aposentadorias e pensões do Piso Nacional de Salários como forma de achatá-los seus valores.

Uma vez divulgados os dados de execução de caixa da Previdência Social para o ano de 1989 vê-se que a história é bastante diferente. O déficit nominal do sistema atingiu apenas NCz\$ 255,4 milhões, valor incomensuravelmente inferior àquele previsto por todas as estimativas. Para se ter uma idéia, este déficit em valores de dezembro/89 foi de NCz\$ 892,4 milhões, 0,02% do PIB previsto para o ano de 1989. As aposentadorias e pensões efetivamente pagas, principal item de despesa do SINPAS, passaram de NCz\$ 106,0 bilhões em 1988 para NCz\$ 122,9 bilhões em 1989. O que não representa um crescimento desumano. Maurício Grabois

do implementado considerável parcela dos novos direitos constitucionais, terminou o ano com um notório equilíbrio financeiro.

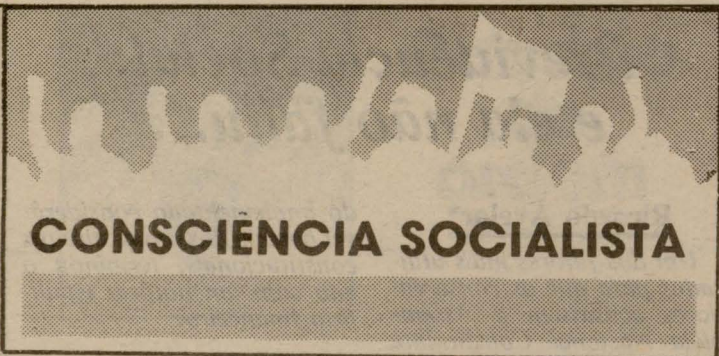
O que se nota é que caso as novas fontes de financiamento previstas na nova Constituição para fortalecer o caixa da Previdência tivessem sido acionadas com eficácia o seu resultado orçamentário teria sido fortemente positivo, dando margem, inclusive, a que se avançasse em novas concessões aos aposentados, que ainda se encontram em situação de extrema penúria. Como se sabe, a nova Constituição determinou que uma parcela majoritária do FINSOCIAL fosse transferido para o caixa previdenciário, criando, por outro lado, uma nova contribuição social — a contribuição sobre o lucro das empresas — no sentido de dar completa sustentabilidade financeira ao sistema previdenciário.

Agora, pasmem os senhores leitores: este resultado financeiro positivo da Previdência acima mencionado foi alcançado com a antiga contribuição sobre a folha de salários que responde por 87,64% das receitas previdenciárias. Enquanto isto, o FINSOCIAL respondia por apenas 1,12% da arrecadação, e a contribuição sobre o lucro das empresas, com irrisórios 1,56%. As empresas, na prática, trataram, através de diversos artifícios jurídicos, de boicotar já no seu nascedouro este tributo previdenciário que incidiria sobre os seus lucros apurados.

Por último, deve-se notar o atual silêncio da grande imprensa que, se demonstrando bastante empenhada na época das discussões da Assembléia Nacional Constituinte em alardear qualquer estimativa negativa que fortalecesse de alguma maneira as posições contrárias à expansão dos direitos sociais dos aposentados, se mostra politicamente incapaz de realizar a sua "mea culpa", e nega-se a divulgar os resultados apurados no final do exercício orçamentário de 1989. A única verdade que ficou evidente é que parcela dos direitos constitucionais dos aposentados foram cumpridos, os empresários trataram de boicotar a tributação sobre os seus lucros e, mesmo assim, a Previdência Social não faliu.

* Economista e colaborador da Classe Operária

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

O "Moderno" ultrapassado

Rogério Lustosa *

O velho e o novo, o moderno e o arcaico, defrontam-se a cada momento no desenvolvimento da sociedade. Mas, na defesa do antigo, as classes dominantes, detentoras dos meios de produção e difusão cultural, tentam apresentar velharias da história como peças do futuro. Assim ocorre com a "descoberta" de que a humanidade está condenada a navegar ao sabor dos caprichos do mercado regulador da economia — inclusive no socialismo!

Poder da ciência

É fácil imaginar como seria espantoso anunciar às civilizações antigas que o homem, orientado pela ciência, poderia um dia dominar o fogo e a água, fundir o ferro, construir espaçonaves, viajar a outros planetas, realizar transplantes até do coração. A idéia, naquelas sociedades, era de que a natureza era uma força superior a que todos estavam irremediavelmente submetidos.

Mas hoje, no apagar das luzes do século XX, soa mal gente que se nomeia moderna, tentar nos impor a crença de que as forças espontâneas da concorrência (que o próprio capitalismo vai destruindo pelos monopólios) e que os fluxos igualmente anárquicos do mercado (que também o capitalismo já dominou em boa parte pelo planejamento dos enormes conglomerados de alcance mundial) são incontroláveis.

Velho fetiche

Mas é exatamente este culto à incapacidade da ciência social, e o desprezo pela organização revolucionária do proletariado que aparecem como justificativas para as pretensas "modernizações" na URSS e no Leste Europeu. E, logo a pregação das desigualdades sociais com designação indelével da humanidade, a volta às surradas teses de que a uns compete empreender, administrar, e a outros — a maioria — trabalhar.

Um "novo empresário" de um destes países chegou a dizer, recentemente, comentando a campanha da Frente Brasil Popular aqui: (em off naturalmente) "Organização dos trabalhadores? Vejam o que os operários fizeram lá no meu país!"

O fracasso dos regimes burocráticos, que há 30 anos vêm promovendo a viagem de volta do socialismo ao capitalismo é apresentado como prova da impossibilidade de se passar a um sistema de organização social superior. Com outra linguagem, pretendem nos convencer que a dialética terminou. Que finalmente chegamos a um patamar da humanidade onde as transformações estagnaram e que o capitalismo é eterno.

Marx, no século passado já apontava que os teóricos burgueses não conseguiam apontar as condições sociais em que se realiza a atividade humana. Que não podiam explicar, por isto, que a mercadoria era expressão de um trabalho humano concreto. Que criavam assim o "fetiche" da mercadoria, ocultando que a economia era uma realidade criada pelos homens e por eles sempre modificada.

Um século depois

Esta submissão à mercadoria, um século depois de Marx haver desvendado o seu "mistério" e apontado as contradições do sistema capitalista, um século depois da transformação do socialismo em ciência, pode ser considerada um insulto à inteligência humana.

É possível uma idéia contrária à história obter sucesso por algum tempo. É possível que as medidas encaixadas por Gorbachev obtenham êxito temporário diante da crise tão grave dos países dominados pelos revisionistas. Mas é inútil a idéia de parar a história, liquidar a revolução, fazer o passado virar futuro.

* Da direção nacional do PCdoB

A força do Partido está nas relações com as massas

Dynéas Aguiar

Dando continuidade à série de artigos sobre a construção partidária com métodos revolucionários, o secretário nacional de organização do Partido aponta formas de contato direto dos militantes com as massas



Os dirigentes do Partido devem realizar periodicamente palestras, debates, conferências nas sedes do Partido, locais públicos ou de entidades para expor as nossas opiniões, propostas ou abordar questões concretas relevantes e do interesse das massas. Os acontecimentos que vêm ocorrendo na União Soviética, China, Leste Europeu são hoje questões que estão na ordem do dia sobre os quais há grande interesse em conhecer a posição do Partido. O mesmo pode ser dito sobre a situação da Albânia e sua experiência na construção do socialismo.

Esse tipo de atividade dos dirigentes, particularmente dos membros dos secretariados e das comissões executivas tem múltipla função: torna mais conhecidos os camaradas responsáveis do Partido; a nossa linha, propostas e resoluções ficam mais fundamentadas e difundidas; além disso, na medida em que esses camaradas estabelecem contatos diretos com variados setores da população poderão escutar as opiniões que circulam no povo, as suas preocupações, e as suas reivindicações com o que estarão melhor capacitados para elaborar as propostas e resoluções para a orientação dos comunistas.

Vínculo político

Tal método servirá também para romper com a rotina e será um dos mais potentes antidotos contra o burocratismo e suas mazelas. Hoje, mais do que nunca, os dirigentes partidários precisam estabelecer corretas normas de trabalho que permitam otimizar o uso do tempo para atender o expediente interno do Partido, descer às bases e fazer o contato direto com a massa.

É também prioritária e permanente a atividade direta da organização de base, do militante do Partido junto à massa em sua área de atuação.

O importante é compreendermos que o PCdoB é um partido político. O principal vínculo do Partido com a massa deve ser igualmente um vínculo político. A ausência de uma relação política direta de

nossos militantes e das organizações de base com a massa pode ser fonte de erros e mesmo de certos desvios que aparecem em nossa atividade: o economicismo, o espírito de soberbia e o menosprezo pelo povo. Podem ser melhor combatidos se os comunistas saírem do círculo restrito das reuniões internas e passarem a debater com o povo os problemas que lhe interessa.

O camarada Enver Hoxha, que sempre se preocupou com a unidade do PTA com o povo, apontou em vários documentos como construí-la. No informe ao VI Congresso do PTA realizado em 1971 afirmou:

"O Partido não se poderia manter na frente da luta e avançar sem a mobilização das massas, sem se apoiar nelas, porque o trabalho do Partido é vasto, ilimitado, e nunca poderia ser levado a cabo por um número limitado de comunistas. A ligação às massas é outra norma, outro princípio importante do Partido.

Os problemas do Partido são problemas que preocupam as massas e, por esta razão, temos que os detectar entre elas, discuti-los e resolvê-los de acordo com elas, pois são precisamente as largas massas que criam, edificam e transformam o mundo, a sociedade. A realização prática deste importante princípio marxista-leninista constitui o elo de onde temos que partir para fazer progredir todo o nosso trabalho. A linha de massas centuplica as forças do Partido, aprofunda cada vez mais a democracia na sua vida interna, reforça os laços do Partido com o povo."

"Por outro lado, certas organizações de base têm dificuldade em se libertar dos estreitos limites do trabalho em comitê pequeno e privado de perspectivas. Que mal é que há em recolher a opinião das massas acerca de todos os problemas importantes submetidos à discussão na organização de base e nas instâncias do Partido ou em por os trabalhadores, após as reuniões do Partido, ao corrente dos problemas

que os interessam e a procurar com eles as formas e os meios mais adequados para os resolver?" Informe da Atividade do Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia — apresentado no VI Congresso do PTA em 01-11-1971 — Enver Hoxha — pág. 158/159.

Voz da experiência

Se um Partido que está no poder preocupa-se dessa forma pela relação direta Partido-povo, nós que lutamos para conquistar o poder devemos compreender que esse tipo de relação é fundamental para atingirmos nossos objetivos.

Alguns exemplos extraídos de nossa experiência prática poderão ser utilizados:

— os nossos camaradas operários que têm poucas possibilidades de debater com seus companheiros de trabalho durante o expediente da fábrica poderão organizar para os dias de folga de seu turno encontros em suas casas ou nas sedes do Partido, com os operários de massa para expor-lhes nossas opiniões;

— igualmente poderão ser organizados grupos de estudo sobre temas como: experiência histórica da luta do proletariado brasileiro e internacional, a luta e a organização sindical, a formação econômica e política da sociedade brasileira etc. As formas de exposição dos temas poderão ser as mais variadas: leituras de um texto, projeção de um filme com debates, palestras, exposição de fotografias etc.

— nas datas históricas, além de convidá-los para participarem dos atos maiores, realizar encontros de confraternização entre os companheiros, suas famílias, parentes e amigos;

Estas indicações apenas apontam o caminho. Cada organização de base e cada militante deve ter o máximo de iniciativa nesse sentido.

Os militantes e as organizações de base das empresas, universidades e escolas e os que atuam nos bairros, adaptando esta orientação às suas condições e à realidade onde atuam muito poderão realizar para estreitar e fortalecer os vínculos diretos do Partido com a massa.

Com a compreensão correta da importância e da necessidade do Partido estabelecer de forma permanente vínculos estreitos e diretos com a massa, criaremos melhores condições para nossa atuação na luta política e nas entidades. As organizações de bases se reforçarão, ganharão dinamismo e o Partido como um todo ampliará sua influência.

PCdoB faz seminário no RS

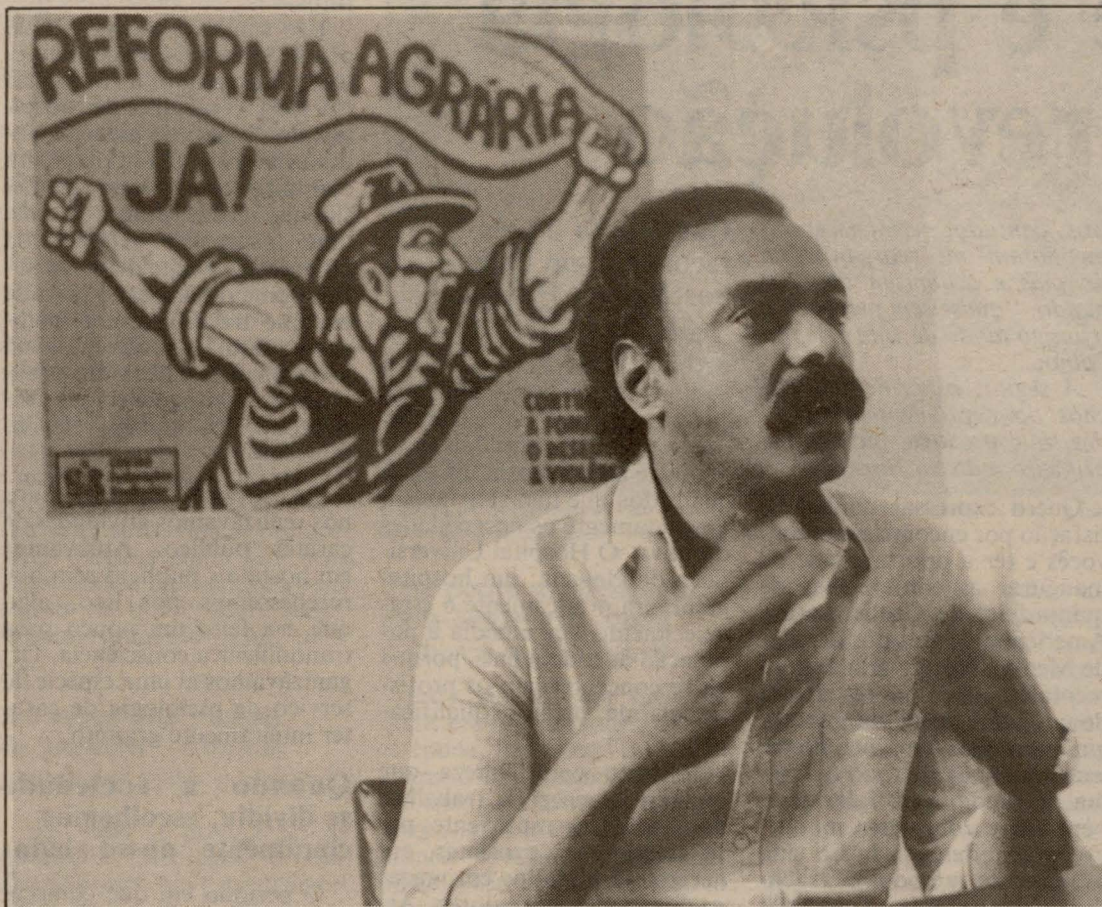
Arquivo

O Diretório Regional do Partido Comunista do Brasil no Rio Grande do Sul realizou o I Seminário de Organização, com cerca de 70 dirigentes municipais e estaduais. O Seminário, transcorrido no plenário da Assembléia Legislativa se estendeu durante todo o domingo, analisando a ampliação do quadro de filiados ao PCdoB no Estado. Até o mês de julho o PCdoB deverá estar estruturado em pelo menos 20% dos municípios gaúchos, foi uma das previsões feitas no seminário.

O secretário de organização do Diretório Regional, Adalberto Frasson, destacou que o seminário se deve ao esforço da executiva regional para promover um amplo debate nas fileiras partidárias sobre os problemas que impedem o crescimento do Partido e indicar soluções.

Segundo Adalberto, a campanha para o crescimento do Partido enfrenta dois desafios. O primeiro é superar as dificuldades na filiação; o segundo é implantar o Partido no mínimo em 67 municípios até a metade do ano.

As declarações dos dirigentes do PCdoB no RS durante o seminário foram no sentido de incentivar o crescimento do Partido para responder às exigências da luta política no país. Além disso, ratificaram a importância da realização das convenções municipais e a



Edson: "Temos de tornar o PCdoB um partido grande".

convenção estadual para legalizar o Diretório Regional.

A voz dos municípios

A intensa participação dos dirigentes dos municípios interioranos clareou ainda mais a questão da filiação. Clóvis

Dias da Silva, presidente do Partido em Pelotas, afirmou que "as dificuldades para filiar novos militantes se devem ao fraco conhecimento da realidade e à não-tradução da política geral do Partido para a vida concreta".

A síntese da discussão no município de Ijuí foi apontada pelo membro da direção municipal, Júnior Piais. Ele disse que "a questão fundamental que impede o crescimento do Partido é a organização. De acordo com a nossa experiência, se o Partido não possuir vida orgânica, não haverá planejamento, filiações nem

acompanhamento das bases, prejudicando também a formação política e ideológica dos militantes". Júnior Piais acrescentou que os comunistas que atuam nas entidades não agem como militantes de um partido revolucionário, mas se confundem com a prática dos partidos que administram as entidades, deixando de lado a aplicação da política comunista junto à categoria.

Defensismo político, falta de um trabalho direto com a população, falta de planejamento, ajuste e cobrança foram as causas apontadas por

Raul Carrion, que sintetizou o pensamento da direção municipal de Canoas.

Márcia Barbosa, da comissão de mulheres, enfatizou que "a dificuldade de filiar mulheres ao Partido através do trabalho específico está relacionada com a falta de ligação com a massa e suas lutas, com a relação muitas vezes equivocada entre o Partido e a entidade de massa e com um discurso doutrinário sobre o socialismo".

Ao encerrar o seminário, o presidente do Diretório Regional do PCdoB do RS, Edson Silva, afirmou: "Muitas preocupações foram colocadas pelos camaradas, todas elas relacionadas com as questões de organização. Esses problemas são constantes na vida do Partido, mas o objetivo que estamos tratando neste momento relaciona-se com a construção de um Partido de massa. Hoje, temos que tornar o PCdoB um partido grande".

Edson Silva afirmou ainda que uma intensa atividade de agitação promovida no Estado fez com que o material do Partido aparecesse nos comícios da Frente Brasil Popular, mas não foi desenvolvida ainda a propaganda das idéias do PCdoB, das nossas opiniões sobre o significado dos últimos acontecimentos do Leste europeu e sobre a Albânia. Disse ainda que "através de uma grande campanha de propaganda de nossas idéias poderemos crescer e fazer frente ao governo de direita, que já se anuncia como continuador dos governos das elites significando um desastre para a economia nacional, para a liberdade e a sobrevivência do nosso povo." (Adriana Morel e Mauro Gaglietti)



PCdoB de novo na TV

No próximo dia 1º de março o PCdoB estará novamente nas telas de TV e nas ondas do rádio.

Com a imposição do TSE, o horário político anual dos partidos foi reduzido a duas inserções de meia hora cada uma, às 17h e às 20h30. Com isso, na prática, o horário ficou reduzido de 1h para apenas meia hora, devido ao fato de que à tarde a audiência é mínima.

Mesmo assim, o PCdoB optou por elaborar dois programas diferentes para os dois horários.

O eixo central do programa é a proposta política aprovada na última reunião do Comitê Central, que propõe a continuidade e a ampliação da frente política estabelecida no 2º turno das eleições presidenciais de 1989.

Outro tema importante a ser abordado será a questão do Leste europeu, onde o PCdoB faz um breve histórico de seu posicionamento desde os acontecimentos que se seguiram ao XX Congresso do PCUS.

IMG põe revisionismo em cheque

Examinar os acontecimentos do Leste europeu e determinar uma estratégia geral para o combate ao revisionismo no campo do debate teórico-ideológico é o objetivo do seminário que será promovido pelo Instituto Maurício Grabois nos dias 16, 17 e 18 próximos, em São Paulo. Para o encontro estão convidados os secretários de propaganda e formação dos diretórios regionais do PCdoB e militantes, cuja atuação esteja ligada à luta de idéias, dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Ceará.

O seminário será aberto às 19 horas do dia 16, na sede do Instituto Maurício Grabois (Rua Bororós, 51, 3º andar). No dia 17, o tema será "A concepção de formação da

consciência no capitalismo, socialismo e revisionismo", apresentado por Dynéas Aguiar. Ainda no dia 17, à noite, haverá um debate sobre o Instituto Maurício Grabois como instrumento teórico e ideológico do Partido. No dia 18, Luis Fernandes apresentará o tema "As questões da economia política no capitalismo, socialismo e revisionismo". A apresentação dos temas será seguida de debates, de modo que os participantes estejam capacitados a reproduzir em seus respectivos Estados o conteúdo do que for ministrado no seminário.

O encerramento será no dia 18, à noite, com uma palestra do presidente do Instituto Maurício Grabois, João Amazonas.

"Os recentes acontecimentos no Leste europeu", diz o

jornalista Luiz Manfredini, presidente do Instituto Maurício Grabois, "revelam uma grande ofensiva da burguesia contra o marxismo-leninismo, o socialismo, os partidos proletários, os movimentos revolucionários. É preciso enfrentar essa ofensiva não num sentido meramente acadêmico, mas com o objetivo político de viabilizar a atuação da classe operária e de seus aliados na luta pela transformação social. É indispensável nos debruçarmos sobre as questões teóricas colocadas pela eclosão e o desenvolvimento do revisionismo." Manfredini opina ainda que "o seminário é um primeiro passo no sentido de melhor enfrentarmos essas necessidades postas pela luta de classes no mundo contemporâneo e, particularmente, no Brasil".

Juan Guevara Valdés

Saúde e psicologia na revolução

Um grupo de profissionais de saúde e intelectuais com atuação em outras áreas reuniu-se em S. Paulo, no final do ano passado, para uma atividade especial. A convite do Centro Latino-americano de Estudos em Saúde Mental, o professor Juan Guevara Valdés, diretor da Faculdade de Psicologia de Havana, expôs em detalhes as mudanças ocorridas no sistema de saúde de Cuba após 3 décadas de instauração do poder revolucionário.

Psicólogo clínico há mais de 40 anos, participante ativo do processo de reorganização sanitária de seu país, Valdés pôde descrever com riqueza de dados as precárias condições do atendimento à saúde no período anterior à revolução, e os desafios que o povo enfrentou para estabelecer um novo sistema, que se assentasse sobre os princípios da igualdade e da eficiência.

Estendendo-se por quase duas horas, contudo, seu relato assumiu caráter mais amplo. Valdés destacou em especial o novo papel assumido pela psicologia na nova sociedade. E mostrou que os psicólogos assessoram hoje o serviço médico em todos os níveis, porque o paciente "precisa ser visto como um ser humano, e não como uma entidade biológica sem personalidade".

Ao narrar sua experiência pessoal, acabou abordando o relacionamento complexo e contraditório entre os intelectuais e a Revolução. Contou que em Cuba, por exemplo, um grande número de profissionais de nível superior emigrou, inconformado por perder antigos privilégios. Ou-

tros, contudo, permaneceram, auxiliaram na reorganização do país e acabaram abandonando, "quase sem perceber", o antigo modo de vida e de trabalho.

A seguir, os principais trechos do depoimento de Valdés, que a Classe publica em primeira mão no Brasil.

Quero expressar minha satisfação por encontrar-me com vocês e ter a oportunidade de inaugurar as conferências de quinta-feira do Centro Latino-Americano de Estudos de Saúde Mental. Vou relatar fundamentalmente o que foi a vida de um profissional da psicologia num país em que houve uma mudança de todo o sistema de saúde. Vou falar também sobre como esta modificação se reflete em nossa vida e em nossos métodos de trabalho, muito embora só nos apercebamos disso em momentos especiais, quando fazemos uma reflexão retrospectiva sobre o desenvolvimento de nossa atividade.

Não era meu desejo recuar muito no tempo, mas preciso iniciar meu relato falando de coisas que aconteceram há quase quarenta anos. Vou falar do desenvolvimento do sistema de saúde de Cuba, e de como se participava dele desde o momento em que me graduei e iniciei meu trabalho profissional na psicologia.

No início dos anos 50, ao concluir o curso superior, eu diria que a organização do sistema de saúde sequer era capaz de atingir todas as regiões do país, mas apenas os grandes centros de população, particularmente Havana.

Quase todo o país recorria a um único hospital em Havana.

Além disso o sistema de saúde baseava-se no atendimento rudimentar feito através das "casas de socorro". Depois existiam uns poucos hospitais gerais, e alguns hospitais especializados que não satisfaziam absolutamente as necessidades do povo. O Hospital Universitário de Havana, um hospital geral, era praticamente o estabelecimento que atendia à população de todo o país, porque ali se concentravam os profissionais de melhor qualificação.

Recordo com clareza que quando comecei a trabalhar não havia leitos suficientes para atender aos pacientes, era necessário alojá-los em macas ao longo dos corredores. Assim era o sistema público de saúde em Cuba.

Existia também um sistema privado. Havia hospitais particulares e consultórios para atendimento médico e psicológico. A qualidade dos serviços privados era superior à dos serviços públicos. Contudo o sistema evidentemente não atendia a toda a população, mas apenas aos que pudessem pagar por ele.

Um grande número de profissionais emigrava regularmente aos EUA.

Ao mesmo tempo, muitos profissionais não encontravam trabalho, e havia uma emigração tradicional do profissional cubano rumo aos Estados Unidos.

Em 1952 ocorreu o golpe de Estado que mudou a situação política de Cuba. Uma figura extremamente negativa na his-

tória do país, o general Baptista, assumiu o poder e a situação piorou. Do ponto de vista político se criaram muitos conflitos.

Isso também afetou a nós, profissionais. Pessoalmente, havia começado a trabalhar em 1951. Trabalhei em hospitais do Estado de maneira voluntária, e em 1954 fundei, em conjunto com outros profissionais, todos muito jovens, uma instituição denominada Orientação Psiquiátrica Infantil — uma organização privada em que trabalhavam psicólogos e psiquiatras. Tivemos um êxito profissional muito grande, e em consequência um êxito econômico também relevante.

Ao mesmo tempo, todos nós realizávamos atividades de caráter público. Atuávamos em hospitais públicos sem que recebêssemos por isso, algo que era feito um pouco para tranquilizar a consciência. Organizávamos aí uma espécie de serviço de psicologia de caráter inteiramente gratuito.

Quando a sociedade se dividiu, escolhemos claramente nosso lado.

O período em que começamos coincidiu também com mudanças na situação econômica. Cuba havia passado por um período de certa forma vantajoso nos anos 40, com o fim da II Guerra Mundial, enquanto que na década de 50 começou um declínio. Nossa vida universitária nos anos 40 havia coincido com uma época de grande efervescência e nós que nos graduamos naquela época tínhamos grande experiência política, pois havíamos participado das mobilizações e das lutas universitárias num momento raro de normalidade institucional no país.

A decadência econômica trouxe dificuldades ainda maiores às classes mais baixas e um atendimento de saúde ainda pior. Embora fôssemos profissionais liberais não nos alheamos aos acontecimentos políticos. Pouco a pouco a sociedade foi se polarizando por

completo. E nós, que tínhamos nossa própria vida profissional, dividida entre atividades públicas e privadas, e que víamos o completo abandono a que eram relegados a saúde do povo, fomos assumindo uma postura não de observadores, mas de participantes ativos na disputa que partia ao meio a sociedade. As pessoas que trabalhavam neste centro que mencionei tiveram todas uma participação ativa na vida política clandestina. Nos sentíamos inteiramente identificados com o movimento rebelde e com suas ações, que iam se generalizando em todo o país. E foram surgindo inclusive ligações políticas muito fortes entre profissionais com distintas visões acerca da própria psicologia. Havia, por exemplo, companheiros da linha psicanalítica, outros que se preocupavam mais com a influência psicobiológica do meio. Apesar disso, a ação política nos unia.

Animados pela revolução, deixamos naturalmente nossas clínicas privadas.

Com a mudança que ocorreu em 1959, o sistema de saúde mudou radicalmente embora de forma progressiva. Já em 1960, começaram as primeiras grandes modificações no sistema. Tratava-se de sanear o atendimento estatal à saúde. Ao mesmo tempo, porém, no campo da psicologia, foram sendo criadas pela primeira vez instituições públicas para atendimento da população. Criou-se um centro estatal de atendimento às crianças, semelhante ao centro particular que havia sido fundado por nosso grupo. E quase sem perceber cada um de nós foi dedicando uma parte cada vez maior do nosso tempo ao trabalho neste novo centro estatal. Não porque fosse nossa intenção explícita, mas porque as mudanças revolucionárias nos entusiasmaram de tal maneira que já em 1959 nossa atividade principal estava relacionada aos serviços públicos, e não à nossa clínica.

Estudos e palestras abertos ao público

Criado em novembro do ano passado por um grupo de psicólogos, psiquiatras e psicanalistas, coordenado pelo professor Jorge Broide, o Centro Latino-americano de Estudos de Saúde Mental é um organismo voltado à investigação, debate e desenvolvimento de trabalhos científicos relacionados à área.

Possuindo um conselho científico composto por estudiosos brasileiros, argentinos, cubanos e nicaraguenses, o Centro já dá início ao desenvolvimento de suas primeiras pesquisas. Uma delas

trata de aspectos ligados à saúde mental do trabalhador e outra procura enfocar a marginalidade de menores na América Latina.

Além disso, promove todas as quinta-feiras atividades ligadas à saúde mental: palestras, debates, exposições de filmes, etc. Estas atividades estão abertas à participação de todos os interessados em aprofundar-se no tema, e são gratuitas. O Centro está localizado à Rua Ministro Godoy, 1.268 — Perdizes — S. Paulo, telefone (011) 864-9793.



Hospital Hermanos Ameijeiras, um dos mais modernos de Cuba. Especializado em tratamentos com produtos biológicos e naturais, possui um centro de engenharia genética e biotecnologia cuja excelência é reconhecida internacionalmente.



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Esta transformação trouxe mudanças na própria formação do profissional — mudanças nos currículos, nos programas, nos métodos e no caráter ideológico dos cursos, que foram feitas através de lutas que se prolongavam entre 1959 e 61. Vocês sabem que em 61 houve a confrontação bélica mais importante, e foi o momento em que se decidiu o destino do país. As forças que começavam a lutar contra a revolução organizaram a invasão de Cuba com o apoio dos Estados Unidos. Ao ser derrotada, contudo, esta tentativa, não apenas se consolidou o processo revolucionário, mas ao mesmo tempo serviu para aprofundar a definir melhor seu rumo.

Em 1962 foram modificados todos os programas dos cursos de medicina, organizou-se o estudo de psicologia de maneira nova, e começou um trabalho de planificação na área da saúde. Uma boa parte dos profissionais de nível superior emigrou. Entre os profissionais de saúde o fenômeno assumiu proporções dramáticas — aproximadamente 50% dos 4 mil médicos deixaram Cuba.

Após 62, estudantes juraram não usar o saber de forma mercantil.

De modo que foram surgindo situações que acabaram levando à mudança de todo o sistema de formação de profissionais. A mudança de 1962, por exemplo, não se contentou em reformular programas e currículos. Uma nova lei, a Lei da Reforma Universitária, consagrou inclusive uma nova visão sobre o papel dos profissionais. Ficou estabelecido, por exemplo, que os profissionais que se formassem a partir de 1962 juravam não possuir clínicas privadas, nem utilizar sua profissão de maneira particular. De modo que quem ingressou em sua faculdade de medicina ou de psicologia a partir daquele ano jurou: "Vou ser um médico, ou vou ser um psicólogo, ou vou ser um psiquiatra, a serviço da população, e não utilizar minha profissão, os conhecimentos que vou adquirir, para meu benefício particular". A restrição não atingia os profissionais já formados, mas apenas os novos estudantes, que estiveram de acordo. Foi, aliás, algo que ocorreu no bojo de um processo de grande efervescência, num momento em que a nação se mobilizava para se defender da invasão externa e da contra-revolução. Não se pode, aliás, imaginar mudanças desse tipo em situação normal, mas apenas em momentos de debate e mobilização extraordinária, com o povo constantemente indo às ruas, como ocorreu em nosso país naquele período.

Em 1962, portanto, a crise

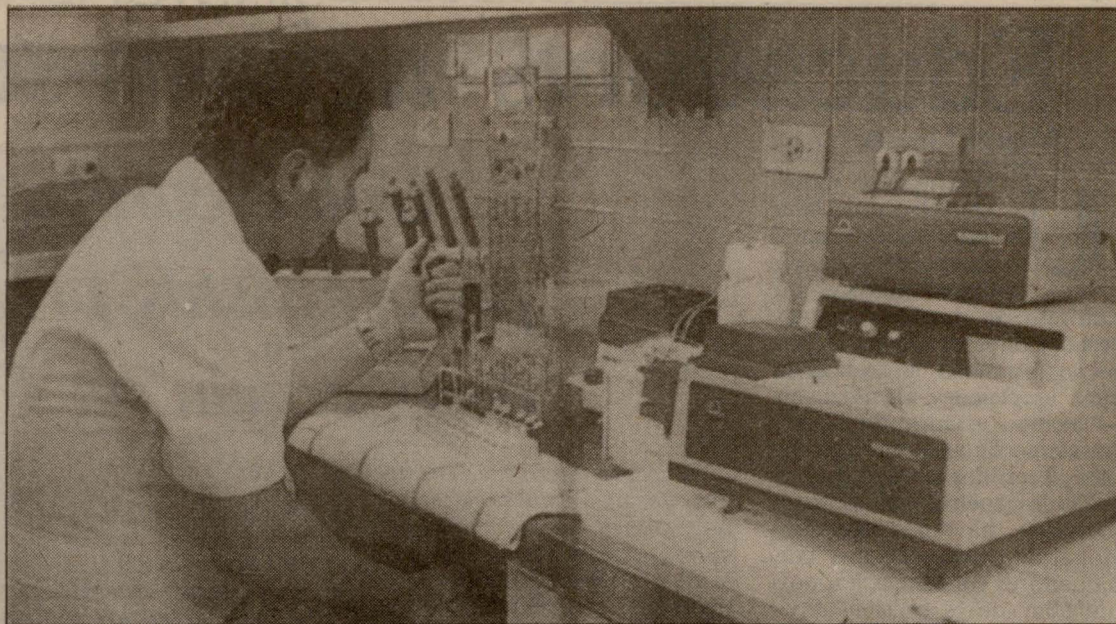
chegou ao auge, com o enfrentamento com os Estados Unidos e com o bloqueio militar da ilha. E ao mesmo tempo foram para todos nós momentos decisivos, onde certas mudanças ocorriam quase imperceptivelmente para os que delas participavam. Todos aqueles que desejam incorporar-se de maneira ativa à nova organização social o faziam e renunciavam naturalmente a suas clínicas privadas. Eu mesmo não fiz em nenhum momento um ato de fé, em que dissesse de forma solene. "Acabou minha clínica particular, juro renunciar a ela", mas simplesmente isso se esqueceu, isso desapareceu. E assim foi com uma parte importante dos médicos, e em nosso campo dos psicólogos e psiquiatras. Alguns ficaram com suas clínicas particulares. Alguns ainda têm seus consultórios particulares. Mas depois de quase trinta anos, restam realmente muito poucas.

Ao invés das "casas de socorro", clínicas novas em todo o país.

Em 1966 se graduaram os primeiros psicólogos formados sob esta nova mentalidade. Alguns deles se incorporaram ao Ministério da Saúde Pública. E surgiu então algo que ficou conhecido como o Grupo Nacional de Saúde Mental, constituído por psicólogos e psiquiatras. Este grupo dirigia toda a política de saúde pública, tanto para a psicologia quanto para a psiquiatria, e tinha como objetivo organizar em todos os seus detalhes a ação estatal neste setor.

Modificaram-se aspectos gerais do sistema de saúde. Foi criado um novo sistema de atendimento primário. Desapareceram as "casas de socorro" e foram criadas as **poli-clínicas**, que foram implantadas em todo o país. Os hospitais gerais igualmente passaram a existir em todas as regiões. E foram criados postos médicos e deslocados "médicos rurais" inclusive para as localidades mais distantes.

Naquele tempo não tínhamos tempo para outra coisa a não ser trabalhar intensamente na transformação social. Criou-se o médico rural. Os estudantes de medicina que se formavam iam trabalhar três anos nas zonas mais afastadas do campo. Assim, recebia atendimento médico toda a população. Agora o médico ia às zonas montanhosas, às zonas mais afastadas. Houve um grande incentivo a que surgissem novos estudantes de medicina, e progressivamente foi aumentando o número de novos formados para substituir os profissionais de todas as áreas de saúde que haviam emigrado. Em nosso setor, formou-se um número maior de psicólogos que de psiquiatras, e eles foram penetrando em toda parte.



Centro de diagnósticos clínicos. Os "médicos de quartirão", hoje a base do sistema de saúde cubano, são assessorados sempre por uma equipe de especialistas.

Che pediu a psicólogos para organizar saúde de nova região fabril.

Para se ter uma idéia de quais eram nossas tarefas nesta época, basta lembrar que o governo revolucionário decidiu que uma determinada região do país iria passar por um grande desenvolvimento econômico. Seriam instaladas várias fábricas nesta região e era necessário surgir uma rede urbana nova, criar comunidades, construir casas etc. Os psicólogos foram chamados a estudar as possibilidades desta região, e a apresentar um informe sobre o assunto. Este trabalho foi solicitado inicialmente pelo ministro da Indústria, que era Ernesto "Che" Guevara, e que foi uma das pessoas que ressaltou a necessidade do trabalho do psicólogo em vários campos de investigação.

Juntamos nossos estudantes e nossos poucos professores e nos deslocamos até esta região. Estudamos o sistema de saúde e sua eficiência: o índice de mortalidade e tudo que se relacionava a esta questão. Os profissionais ligados à psicologia social e à psicologia do trabalho estudaram a situação da força de trabalho, as possibilidades do sistema educacional formar os técnicos que seriam necessários ao novo surto de desenvolvimento, a eficiência do ensino. Dessa forma, estudantes e professores puderam prever as possibilidades de desenvolvimento social.

Um enorme esforço para recolher e educar os "meninos de rua".

É evidente que nossa vida modificou-se muito. Mencionei um, mas foram inúmeros os aspectos em que houve modificações. Fomos a muitos lugares, conhecemos muitos problemas. Como em todas as cidades da América Latina, também em Havana havia muitos meninos de rua, que não tinham casa, nem família, nem nada, que estavam nas ruas pedindo esmolas, mendigando restos de comida nos

restaurantes. Hoje não há mais uma única criança nessa situação, mas eram milhares na época, e vocês podem imaginar o trabalho necessário para recolher individualmente cada uma delas, e alojá-las nas instituições que foram criadas para que fossem educadas. Nestas instituições trabalharam psicólogos, pedagogos, assistentes sociais. As crianças foi dada assistência médica e educação. Adotou-se com eles a política de incorporá-los progressivamente à vida da revolução, coisa que de fato ocorreu. Algumas destas crianças são hoje pessoas destacadas, exercem por exemplo funções importantes no serviço diplomático.

Por tudo isso, eu repito: não havia tempo livre, a vida estava inteiramente ocupada com a transformação social. Progressivamente, à medida em que surgiam mais psicólogos, o Ministério da Saúde Pública decidiu separar a psicologia e a psiquiatria. Foram criados o Grupo Nacional de Psicologia e o Grupo Nacional de Psiquiatria, e o sistema de saúde primária passou a ter uma participação muito mais ativa por parte dos psicólogos.

Criação do "médico de família" destaca ainda mais papel do psicólogo.

Durante anos os policlínicos foram responsáveis por alguns serviços principais: a pediatria, a ginecologia-obstetrícia, a clínica geral e a psiquiatria, sob a responsabilidade dos médicos; e a psicologia. Mas de alguns anos para cá criou-se uma situação nova. Estabeleceu-se o sistema de "médicos de 120 famílias". De modo que hoje o sistema de saúde começa com o médico de 120 famílias, e as pessoas dirigem-se às policlínicas apenas quando é necessário um atendimento mais específico. Os psicólogos foram mantidos nas policlínicas, e seu trabalho foi substancialmente ampliado, para que pudessem dar mais apoio, em sua especialidade, aos médicos de família. Portanto, o médico de família re-

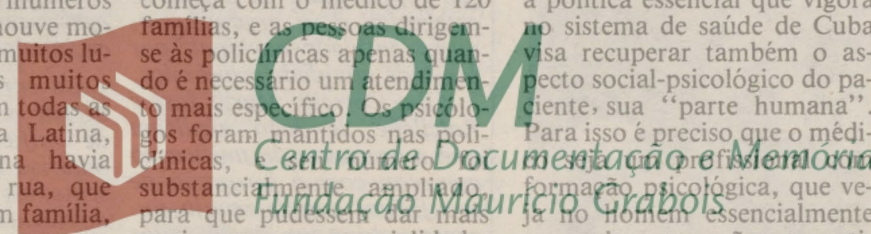
cebe seus pacientes na área onde vive e tem a assistência de um psicólogo que vem da policlínica periodicamente e atende os membros daquele grupo de 120 famílias.

Dessa forma diminuiu a pressão da população junto às policlínicas e aos centros hospitalares, embora cada cidadão possa dirigir-se, em qualquer tempo, ao tipo de estabelecimento que preferir. Vocês sabem que há sempre um número elevado de pessoas que se dirigem a um médico ou a um hospital por motivos essencialmente psicológicos, e é por isso que o psicólogo tem um papel muito importante junto ao médico da família. O psicólogo, por sua vez, integra um grupo de trabalho composto também por pediatras e especialistas para assessorar o médico da família, que é um clínico geral.

Psicologia presente em todos os níveis do atendimento médico.

Pessoalmente, gosto de refletir sobre a mudança que sofreu minha própria vida profissional, e sobre como os psicólogos, os psiquiatras, os assistentes sociais temos hoje um trabalho totalmente ligado às necessidades da população cubana, mais preocupado com a prevenção e mais voltado para planejar o atendimento às novas necessidades que vão se impondo.

Quero ressaltar que atualmente há, em todas as instituições do sistema de saúde — desde o médico de família, a policlínica, os hospitais gerais até os inúmeros hospitais especializados — grupos de trabalho de psicologia. Isto porque a política essencial que vigora no sistema de saúde de Cuba visa recuperar também o aspecto social-psicológico do paciente, sua "parte humana". Para isso é preciso que o médico de família tenha formação psicológica, que veja no homem essencialmente um ser humano, não uma entidade biológica sem personalidade.



Educadores agitam-se por avanços

Miguel Lucena *

Um congresso representativo que tinha tudo para iniciar a arrancada do movimento sindical no caminho da oposição ao governo Collor de Mello — por ser o primeiro a realizar-se após as eleições presidenciais — acabou estancando no reformismo da atual direção cutista. Reunidos entre os dias 25 e 28 de janeiro, em Aracaju (Sergipe), no Congresso Nacional de Unificação dos Trabalhadores em Educação, dois mil educadores brasileiros viram os setores majoritários da CUT esbravejarem contra a proposta dos congressistas ligados à Corrente Sindical Classista de aprovação de uma frente oposicionista ao novo governo das elites.

O congresso teve como discussão central a unificação, na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), de professores, supervisores, orientadores educacionais e funcionários de escolas, além da aprovação dos estatutos da CNTE e eleição direta para a diretoria de transição, que dirigirá a entidade até o próximo ano. Um acordo entre todas as entidades transferiu para o decorrer deste ano a discussão das questões políticas e sindicais, que ficarão a cargo de uma comissão e submetidas à apreciação do próximo congresso.

Entretanto, a polêmica eclodiu na discussão sobre conjuntura, quando os educadores da CSC propuseram a aprovação de uma oposição firme ao governo Collor de Mello. “Estranhamente, os cutistas se pronunciaram contrários a essa proposta, que objetiva a formação de um bloco popular de oposição considerando o caráter conservador desse governo, que será a continuidade da política de entrega das riquezas nacionais ao capital estrangeiro, de aprofundamento da dependência econômica, de privatização do ensino, de recessão e desemprego”, assinalou Maria José Rocha Lima (Zezé), presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Bahia e reconduzida à Vice-Presidência Nordeste II da CNTE.

— Não se esperava essa postura. A não-aprovação da oposição ao governo Collor



Maria José (Zezé)

Golpe contra os progressistas prejudica democracia na CNTE

As brigas internas e instabilidades foram esquecidas para que, juntos, os membros das correntes Articulação, Cut pela Base e Força Socialista perpetrassem um golpe contra a democracia na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Esses grupos, valendo-se de sua eventual hegemonia no movimento dos educadores, introduziram um dispositivo nos estatutos da CNTE que permite a quatro entidades estaduais a representação de 40% dos delegados ao próximo congresso. Assim, reduziram drasticamente as delegações de grande maioria dos Estados brasileiros, alijando significativa parcela dos filiados a entidades como o Sinpro (Distrito Federal), Sindicato dos Professores do Acre e Sin-

dicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima, que têm alto índice de filiação.

A proposta da CSC, rejeitada pelos cutistas, estabelecia o número de delegados combinando critérios de entidade de sócios com a base social de cada entidade. “Este critério”, frisa Maria José Rocha Lima, “estimularia filiações e valorizaria a organização, inserção na base e democratizaria as instâncias da CNTE, evitando critérios que ficam vulneráveis às flutuações políticas”.

Maria José e Alba Correia afirmam que os setores cutistas desejavam mesmo manter a sua hegemonia, marcar as cartas para as eleições em 1991 e pouco se incomodaram com a democracia sindical, “aliás uma reincidência na CNTE, pois no Congresso de Brasília,

em 88, utilizaram artifícios semelhantes”.

O golpe não atingiu apenas as entidades integradas à Corrente Sindical Classista — à exceção da APLB, a terceira maior entidade da área de educação do país —, mas também setores considerados independentes e que têm contribuído decisivamente para o avanço da CNTE.

O certo é que o princípio da unidade dos setores avançados, democráticos e populares, em que tem insistido a Corrente Sindical Classista, choca-se frontalmente com expedientes dessa natureza. Os grandes centros não podem simplesmente ditar as regras para o restante do país; muito menos o cupulismo pode sufocar a voz de milhões de educadores que querem se pronunciar em suas bases. (M.L.)



Ralcilene Santiago

significou um atraso para a CNTE, considerou Alba Correia, presidente do Sinteal (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas) e reconduzida à Vice-Presidência nacional da confederação.

— O congresso deveria se constituir num certo referencial para os demais trabalhadores se armarem espiritualmente para as grandes batalhas em perspectiva — opinou Ralcilene Santiago, presidente do Sinteama (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas) e reeleita vice-presidente regional Norte I da CNTE.

As três dirigentes da CNTE argumentaram que, além desses fatores, Collor de Mello reafirma seus compromissos com políticos e personalidades vinculados aos esquemas de sustentação da ditadura militar. Na lista dos ministeriáveis, encontra-se, entre outras personalidades defensoras do ensino privado, o proprietário da rede de cursos Objetivo, conhecido como Digeni, inimigo da escola pública.

Uma outra questão bastante polêmica no congresso ocorreu durante o painel educacional. A discussão da elaboração de uma nova LDB (Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional) ressuscitou uma velha batalha entre privatistas e defensores da escola pública e gratuita. Neste painel, a vice-presidente da CNTE-Nordeste, Maria José, destacou a necessidade de se retomar a defesa da exclusividade das verbas públicas para a escola pública. Também foi discutido os aspectos contraditórios do substitutivo de lei sobre a LDB, do deputado Jorge Arge, no que diz respeito à questão da defesa da escola e do ensino politécnico no Brasil. O substitutivo, ao tempo em que afirma os princípios do ensino politécnico, mantém a política de dicotomia entre o ensino acadêmico e profissionalizante.

Ao encerrar o painel educacional, os educadores concluíram pela necessidade de se fazer pressão junto ao Congresso Nacional para que se aprove uma lei de diretrizes de base que assegure uma escola unitária e educação pública laica, para todos os brasileiros.

* Colaborador da Classe representante da Federação Nacional de Educação e Profissionais



Alba, presença atuante em vários Estados, denunciou o jogo dos cutistas na CNTE

O fim do corporativismo

Os trabalhadores em educação representam as primeiras categorias a se organizarem, numa entidade nacional, por ramo de atividade econômica.

Alba Correia, Maria José e Ralcilene Santiago explicam que o processo de unificação começou com a formação de um fórum que se reuniu durante todo o ano de 89, cujos trabalhos culminaram com a realização, entre os dias 21 a

23 de janeiro, também em Aracaju, dos congressos de supervisores e orientadores educacionais.

Os congressos, que antecederam o Congresso Nacional de Unificação, foram extraordinários e escolheram representantes para compor a nova diretoria da CNTE.

— A unificação dos trabalhadores em educação — res-

salta Maria José — significa o rompimento com o corporativismo e faz avançar a nossa organização, incorporando segmentos antes alijados das discussões e lutas educacionais, a exemplo dos funcionários. Para Alba Correia, a unidade dos trabalhadores em educação “coloca a luta em defesa da escola pública num novo patamar”.

CCM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Oposição metalúrgica lança chapa em SP

Irasson C. Lopes

O pelego Luiz Medeiros que se cuide: a oposição à atual diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo uniu-se na Convenção Geral da Oposição Metalúrgica, no dia 4, em chapa única, aglutinando representantes das principais tendências da CUT e da CSC. A chapa nasce com a difícil, mas possível tarefa de derrubar todo o aparato anti-democrático e de colaboração de classes que dá sustentação ao "sindicalismo de resultados" — exemplo máximo dos tentáculos da burguesia no movimento sindical.

A convenção, realizada pela manhã, em pleno domingo de sol, contou com a presença de cerca de 1.000 metalúrgicos, que preferiram deixar para depois a cara cervejinha ou um bom passeio e lotaram a quadra dos bancários, no centro de São Paulo, para ajudar a oposição a homologar a chapa unitária.

A constituição de uma chapa única oposicionista dos metalúrgicos paulistanos surge como necessidade de reverter o atual ideário seguido pelo sindicato, ou seja, de instrumento a mais de dominação dos operários pela burguesia, para instrumento de luta dos operários contra os patrões.

Mesmo diante desta realidade, talvez para alguns ainda persista a dúvida: por que não compor com Luiz Medeiros e, com isso, conquistar novos espaços dentro do sindicato para a oposição? Basta verificar a gestão de Medeiros durante esses 3 anos. Ele assinou acordos com o patronato que não trouxeram ganhos reais, que na verdade renderam dividendos à Fiesp e que recentemente agravaram a divisão da campanha salarial dos metalúrgicos em todo o Estado. Neste último acordo da categoria, Medeiros sequer conseguiu incluir a cesta básica, tão propagandeada por ele durante a campanha salarial.

Para o vereador comunista, Vital Nolasco — metalúrgico, eletricitista da Metal Leve e candidato da oposição a tesoureiro geral, não é correto se aliar com um sujeito que não defende os operários.

— Nós podemos vencer as eleições dos metalúrgicos. Nós podemos livrar a nossa categoria desse traidor na cabeça de nosso sindicato, enfatiza Nolasco.

E por falar em cabeça, quem encabeça a chapa da oposição é o operário Chico Gordo, uma das principais lideranças do Momsp — Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo. Ao todo são 100 dirigentes, com 28 membros da diretoria e 72 para o seu conselho. Pela Corrente Sindical Classista, além de Vital Nolasco, destacam-se também Neleu Gomes, da Brasilata, Biro-Biro, da Mapri e Valmir, da Mafersa, entre outros.

Lições do passado para compreender o presente e preparar o futuro

Em 1987, quando se realizaram as eleições para o sindicato, dando a vitória a Luiz Antonio Medeiros, só não viu quem não quis: a oposição perdeu por estar dividida em duas chapas. Na ocasião, no

primeiro escrutínio, somados os votos das duas chapas contrárias à permanência de Medeiros no sindicato, a vantagem era de 3.964 contra a chapa 1. No segundo escrutínio, onde concorreram somente a chapa 1 e a chapa 2, esta última não conseguiu captar para si a maioria dos votos da derrotada chapa 3, o que foi fatal e garantiu mais um mandato a Medeiros e seus iguais.

De sua parte, Luiz Medeiros não está quieto. Movimenta-se astutamente, tal qual um roedor de hábitos noturnos, e procura desferir golpes para desmoralizar e semear a confusão no campo da oposição metalúrgica. Sua última empreitada foi atrair para o seu lado dois membros da CUT, ligados à Articulação, Lúcio e Juruna. Eles não enxergam ou fingem não enxergar que Medeiros representa o que há de pior no sindicalismo, é o ícone perfeito da direita sindical no país. Tal adesão, significa um certo ponto de apoio mais à "esquerda" para Medeiros, na busca de ampliar sua base de sustentação, para garanti-lo no poder novamente como fiel escudeiro dos mesquinhos e majestosos interesses do governo Collor e dos patrões.

Medeiros, por suas ações e colocações retrógradas, faz corar toda horda de ideólogos burgueses que se prezam em atribuir aos sindicatos somente as tarefas de defesa dos interesses ou reivindicações imediatas dos trabalhadores, de caráter econômico, omitindo a finalidade última dos sindicatos, que é se colocar como reforço à luta política contra o capital e seu aparato repressivo. Em 1988, na luta pela incorporação ao texto da nova Constituição Federal das reivindicações mais prementes para os trabalhadores, como as 40 horas semanais de jornada de trabalho, a organização

Carlos Torraca Fótton



A categoria compareceu para antecipar seu voto de apoio

de comissões de fábricas e a estabilidade no emprego, Luiz Medeiros veio a público contrário a tudo isso, fazendo coro ao reacionarismo do grande empresariado nacional e estrangeiro aqui instalado.

A oposição metalúrgica, a grande massa de trabalhadores que a sustenta e os setores democráticos da sociedade que a apóiam, devem ter bem delineada a proporção da batalha ideológica que esta eleição do sindicato vai criar. A ofensiva do governo Collor na busca de apoios aqui e ali para escorar seu projeto de governo antinacional, neutralizando a oposição popular, vai se apoiando também na investida dos imperialistas. Eles querem fazer valer em nossa terra o famigerado sindicalismo de resultados de Luiz Antonio Medeiros e de Antonio Rogério Magri, o draconiano presidente da pelega CGT. Toda essa gente se movimenta contra o movimento operário, contra a organização classista dos trabalhadores, difundindo a sinistra prédica do sindicalismo que Medeiros segue — o da colaboração de classes e da escravização mental dos trabalhadores, para perpetuar a dominação burguesa sobre eles, mantendo-os sob a opressão de uma ditadura, ora disfarçada, pretensamente democrática (hoje tão cultuada pela burguesia do Leste Europeu como instrumento vital de manobra das massas momentaneamente iludidas daquela região), ora descarada, amordaçando a sociedade civil, o movimento popular e operário, sufocando os interesses destes. A isso se presta o sindicalismo pelego. É uma tentativa tanto do futuro governo Collor, quanto do futuro governo Sarney, como dos patrões e do sindicalismo direitista norte-americano de divulgar o sindicalismo colaboracionis-

ta, com seu perfil anticomunista e antioperário.

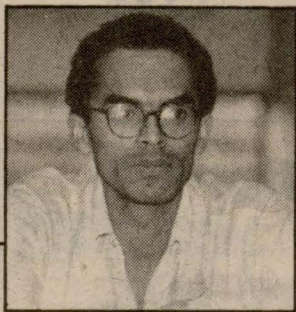
O sindicato deve lutar pelos metalúrgicos e pelos direitos do povo

Ai está. Tamanha é a tarefa inicial da oposição: vencer as eleições. Vencê-las respaldada na grande massa metalúrgica, com um programa amplo e combativo. O sindicato, uma vez vitoriosa a oposição, deve levantar a voz e organizar a categoria na luta contra a privatização criminosas das estatais, como a Mafersa, terceira fábrica do mundo em seu setor, que vem sendo minada pelo próprio governo, como pretexto para alegar sua ineficiência e doá-la à burguesia monopolista. O sindicato precisa encampar a luta pelas 40 horas de jornada e, além da reposição das perdas, que conquiste aumentos reais de salários.

Além das lutas específicas, a chapa da CUT e CSC, se vencer, deve conduzir o sindicato para a aliança com as forças que lutam com os trabalhadores do campo pela reforma agrária antilatifundiária, que representará mais comida para os trabalhadores da cidade, de boa qualidade e baixo custo. Essa luta deve estar somada à batalha pela democratização constante da vida do país, e pela liberdade de organização dos operários nas empresas. São bandeiras vitais, de há muito defendidas pela oposição metalúrgica de São Paulo que, se sair vitoriosa do pleito (ainda não foi marcado pelo pelego, pode ser março ou abril), sem dúvida será uma grande vitória para o movimento operário. É um importante reforço das organizações que apóiam a luta pela emancipação total do povo brasileiro.



A plenária da Convenção Geral da Oposição ouviu atenta o compromisso dos sindicalistas



Questão de ordem

Betenização dos salários

Nivaldo Santana *

Os últimos dados da inflação brasileira formam um cenário de verdadeira tragédia para os trabalhadores.

Segundo dados do Dieese, a cesta básica da família trabalhadora (carne, leite, feijão, arroz, farinha de trigo, batata, tomate, pão, café, banana, açúcar, óleo e manteiga) teve variação de fantásticos 100,07% em janeiro, um recorde histórico muito acima da inflação oficial do período (56,11%) e, o que é pior, com irreversível tendência para crescimento.

Além disso, o selo pedágio, os combustíveis, as tarifas telefônicas, energia elétrica acumularam reajustes superiores a 100%, sem falar nos alugueis que não obedecem a qualquer barreira na volúpia com que são reajustados.

Para se ter uma dimensão pálida do que isto significa para os trabalhadores, os estudos do Dieese também apontaram para o salário mínimo necessário para uma família de dois adultos e duas crianças, que em janeiro deveria alcançar o valor de NCz\$ 8.863,51, quase oito vezes acima do salário mínimo oficial que em janeiro de 1990 não passava de parcos NCz\$ 1.283,95.

Enquanto isso, os juros do overnight em fevereiro superam a casa dos 100% e os balanços dos bancos para o ano passado, acusam lucros extraordinários (Bradesco: NCz\$ 4 bilhões, Itaú: NCz\$ 2,8 bilhões).

Para enfrentar e superar a crise, o movimento sindical tem atacado em duas frentes. De um lado, apontando as causas estruturais da inflação, cujo epicentro localiza-se no serviço da dívida externa, na especulação financeira e nos lucros exorbitantes dos grandes capitalistas. De outro lado, os sindicalistas combativos compreendem a necessidade de dar uma resposta imediata para enfrentar a corrosão vertiginosa de seus salários. Neste particular, com a inflação nos níveis atuais, há não como se manter o reajuste de salários mensal e

com base na inflação do mês anterior. A proposta que ganha força é a de reajuste semanal de salários e com base em um índice que reflita a evolução diária da inflação, o conhecido BTN Fiscal. O reajuste semanal betenizado é a saída imediata para diminuir as perdas salariais e abrir caminho para uma luta de maior envergadura, que passa pelo enfrentamento teórico e político-prático das propostas com um falso verniz de modernidade e com o pomposo e reacionário apelido de neo-liberal.

Estas propostas apontam para o aprofundamento da dependência do país, manutenção das elevadas taxas de lucros e privilégios para os grandes capitalistas, diminuição dos investimentos sociais, privatização das estatais e um conjunto de medidas pretensamente destinadas a "diminuir" o peso do Estado na economia e dar vazão às forças cegas do mercado.

Este receituário traz inevitavelmente a recessão, mais arrocho salarial, desemprego e toda sorte de seqüelas para os trabalhadores.

Não há outro caminho que não seja o da luta enérgica e decidida dos assalariados. Há que fortalecer os sindicatos, dar uma perspectiva classista à luta, intensificar a mobilização, elevar o nível de consciência e não dar tréguas aos patrões e ao governo.

Com um quadro destes, o certo é que essa luta não vai ser fácil. A Fiesp tem se recusado a atender as reivindicações dos trabalhadores. Isso dá uma considerável idéia da intransigência da burguesia, dos patrões, em não abrir mão dos seus lucros.

Para uma luta desta envergadura deve-se articular a luta por categorias, mas também, a um só tempo, unificá-las com a constituição de fóruns unitários para desenvolver as reivindicações de forma ampliada.

* Pres. Sind. Trabs. Sabesp/Cetesb e Secretário de finanças da CSC

Motoristas saem fortalecidos

A greve dos motoristas e cobradores da cidade de São Paulo, que durou três dias e terminou dia 3 foi, sem dúvida, bem sucedida, apesar da reivindicação de 50% de aumento real não ter sido conquistada (a categoria acabou aceitando a contra proposta, que prevê aumento real de 15,5%). O índice de paralisação foi de 100%. O que não foi bem é o tratamento que a prefeitura e a CMTC deu aos grevistas.

Segundo lideranças da CSC-Corrente Sindical Classista e de algumas Comissões de Garagem da CMTC, que deram sustentação à greve, teve-se como disparate, durante o movimento, a repressão das chefias imediatas e da polícia — que chegou a invadir o sindicato e dar tiros.

Trabalhadores revelaram à nossa reportagem que receberam telegramas da empresa, afirmando que já havia um acordo entre as partes e que todos deveriam retornar ao trabalho. Isso gerou confusão.

Não bastasse isso, a prefeita Luiza Erundina adotou uma postura dúbia, dizendo respeitar o di-



reito de paralisação dos motoristas, ao mesmo tempo em que tomou medidas para esvaziar o movimento. Exemplos? A colocação de ônibus da polícia para transportar passageiros e a liberação de lotações com Kombis, ao preço de NCz\$ 25,00 por passageiro.

Procurando tirar proveito da situação, os empresários das empresas particulares, no afã de fazer valer seus interesses, de fabulosos

lucros tarifários, endossaram a greve. Para eles é conveniente que a política de aumento das tarifas acima da inflação continue, arrojando mais e mais o bolso do trabalhador paulistano.

Apesar de tantas adversidades no transporte coletivo de São Paulo, a categoria dos condutores de veículos sai deste embate revigorada para a próxima campanha salarial em maio.

Avanço sindical na Fetag-PI

O maior acontecimento sindical do Piauí nos últimos 20 anos. Este é o significado da vitória da chapa 2, nas eleições da Fetag-PI, ocorridas no último dia 3 de fevereiro, em congresso. Composta por representantes do sindicalismo combativo, a chapa 2 obteve 148 votos, contra 132 dados a chapa 1, liderada pelo atual presidente da entidade.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí é a maior e mais representativa entidade sindical do Estado. Ela agrupa cerca de 106 sindicatos rurais, representando uma categoria de mais de 140 mil camponeses (sem dúvida, a maior e mais importante categoria de trabalhadores do Estado, cuja economia é essencialmente agrícola).

A direção da entidade sempre primou pelo imobilismo, pelo assistencialismo e pela despolitização das lutas da categoria. Nos úl-

timos anos, teve início um movimento de mobilização dos trabalhadores rurais na luta pela terra, em defesa da reforma agrária. A frente deste movimento estava o PCdoB, junto com a CUT e a Pastoral da Terra. Fruto deste trabalho, derrotou-se o peleguismo que dominava a Fetag, há vários anos.

O processo de formação da chapa 2 foi bastante amplo e democrático, permitindo que os principais setores combativos do movimento sindical rural piauiense se articulassem para saírem unidos na eleição da Fetag. A chapa eleita é encabeçada pelo líder sindical Osmar Araújo, uma das mais respeitadas lideranças camponesas do Estado. A nova diretoria da Fetag é composta por representantes da CSC e da CUT.

A disputa eleitoral foi extremamente acirrada. O atual presidente, Henrique Vilanova, fez de tu-

do para se manter no cargo, inclusive recorrendo à Justiça para que cerca de 11 novos sindicatos deixassem de ser reconhecidos e tivessem seu direito de voto no congresso anulado (o que conseguiu em parte, pois 7 sindicatos foram proibidos de votar). Henrique teve o apoio de todos os esquemas políticos municipais, da maçonaria e dos latifundiários, que se mobilizaram para garantir votos para a sua chapa.

Os novos diretores da entidade afirmam que a orientação a ser imprimida daqui por diante na Fetag será radicalmente oposta à que vinha sendo implantada pela antiga diretoria. "A Fetag, nos últimos anos, evitou o enfrentamento com o latifúndio e colocou a luta pela reforma agrária em segundo plano. Por isso, isolou-se das demais entidades sindicais e populares, mantendo-se sempre afastada das grandes lutas do povo brasileiro. Agora, um dos objetivos principais da Fetag será a luta pelo fim do latifúndio e a união dos trabalhadores da cidade e do campo", declarou Osmar Araújo, presidente eleito.

Para Adonias Higino, tesoureiro na chapa vencedora, presidente do STR de Altos e dirigente regional do PCdoB, a nova diretoria deverá empreender um amplo trabalho de organização e intensificação das lutas dos trabalhadores rurais do Estado, buscando ao mesmo tempo a elevação do seu nível de consciência política e de participação no movimento.

"A vitória dos setores comprometidos com a luta pela reforma agrária nas eleições da Fetag representa um dos principais acontecimentos na luta dos trabalhadores piauienses, nas últimas décadas. Com toda certeza, esta vitória terá larga repercussão no movimento sindical e no cenário político estadual, fortalecendo, de forma considerável, as forças populares e de esquerda", afirmou o deputado federal Manuel Domingos (PCdoB-PI).

CSC conquista nova vitória

Em Betim-MG, importante vitória no Sindicato dos Metalúrgicos. A chapa 1, "Garra Metalúrgica" recebeu 3.240 votos contra 1.990 dados à chapa 2 da CUT. A chapa 1, que é composta de sindicalistas da CSC e por independentes da CUT, ganhou em todas as urnas da Fiat. E na FMB, onde trabalha o presidente do sindicato e encabeçador da chapa classista, Edmundo Vieira, a vitória veio com uma marcante vantagem de 900 votos! Essa vitória mostra o acerto da política sindical defendida por Edmundo e seus companheiros, bem como serve de lição e duro golpe ao exclusivismo e reformismo de setores da CUT mineira.

Esmagado pela ira dos peões

Conforme previa-se na matéria de nosso colaborador, o jornalista Miguel Lucena (A Classe n.º 35, pg. 20), chega ao fim o reinado despótico do arquipelego José Candido Veloso, há 31 anos mandando e desmandando no Sindicato da Construção Civil de Salvador-BA. Nos dias 30 e 31 de janeiro e 1.º de fevereiro, as urnas demonstraram o acerto daqueles que confiaram nas bandeiras de lutas combativas, em defesa dos interesses dos trabalhadores, defendidas pela chapa da oposição, composta de sindicalistas da CSC e de trabalhadores não filiados. A oposição obteve 945 votos contra os insignificantes 45 dados à pelegada.

Novos tempos na vida da UJS

Jorge Gregory *

Uma das mais atuantes entidades juvenis brasileiras reúne-se em congresso, faz um balanço de seus primeiros 5 anos de existência, lança novas bandeiras e prepara-se para fazer oposição intransigente a Collor.

Estamos falando, é claro, da UJS — União da Juventude Socialista. Sem falsa modéstia, a entidade que hoje conta com as melhores condições para aglutinar a juventude. Em seu recente congresso — o quinto desde a sua fundação — realizado de 31 de janeiro a 4 de fevereiro, em Curitiba-PR, cerca de setecentos jovens, vindos dos mais variados rincões do país, marcaram presença durante os quatro dias do encontro.

A juventude que ali estava abordou ao longo do congresso a discussão dos mais sentidos problemas nacionais e específicos dos jovens, do que falaremos mais adiante. Tal empenho configura-se na prova nítida de que a fase juvenil de nossas vidas não é por predestinação a conduta alienada, o distanciamento anômalo do que se passa na sociedade. Absolutamente. Quem esteve no congresso com olhar crítico e aguçado pôde sentir uma UJS pulsante, alegre e descontraída, mas sem perder de vista a seriedade de sua missão de vanguarda da juventude de nossa terra.

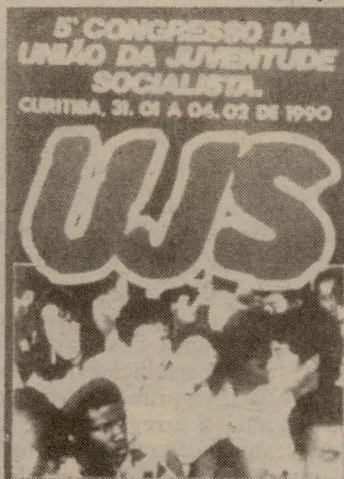
Na nova fase, defesa militante da ecologia, a ampla descentralização

A experiência acumulada neste cinco anos, permitiu uma profunda reflexão aos jo-

vens socialistas presentes ao encontro e a colocação da entidade em um novo patamar. A nova situação política que surgiu após o pleito presidencial coloca para a entidade novas e grandes tarefas, e foi a base das discussões do congresso. Segundo Adélia, coordenadora da UJS na Bahia, ficou claro que para se vencer esta nova etapa é necessário adotar algumas atitudes imediatas, como a descentralização da entidade através do fortalecimento das coordenações estaduais e defesa de grandes bandeiras políticas que unifiquem a juventude de todo o país. Entre elas, o Congresso deu especial importância à questão da ecologia, apontando a luta pela defesa da Amazônia e, conseqüentemente, pela soberania nacional, como tema central.

As dificuldades enfrentadas em boa parte superadas para que o Congresso fosse vitorioso não foram poucas. Zito, de Minas Gerais, afirma que a sucessão presidencial, batalha na qual a juventude esteve inserida lutando pela vitória do candidato da FBP, permitiu, na prática, apenas um mês para que as delegações realizassem seus encontros regionais, tirassem delegados e buscassem infra-estrutura para o deslocamento a Curitiba. A vitória da direita através de Fernando Collor, segundo Paula, de São Paulo, fez com que muitos setores políticos procurassem agora, de forma fisiológica

Centro de Documentação



No cartaz do congresso, a homenagem à luta e à irreverência

mostrar docilidade em relação ao novo governo, o que levou ao surgimento de uma atitude discriminatória em relação a entidades como a UJS. "Isso, afirma Paula, nos criou grandes dificuldades para que conseguíssemos o deslocamento dos delegados". Para os jovens do nordeste, a barreira que se colocou foi a grande distância que separa o Paraná de seus estados. "Estas dificuldades, no entanto, só valorizaram o encontro, pois mesmo com todas estas barreiras o 5º Congresso foi vitorioso e teve a participação de delegações de praticamente todos os estados." Afirmou Rosana Alcântara do Rio de Janeiro.

Juventude politizada impressiona várias delegações estrangeiras

Bastante positivas foram as impressões levadas pelos representantes das delegações estrangeiras presentes ao Congresso. "Ficamos impressio-

nados com o entusiasmo e energia dessa juventude e ao mesmo tempo a seriedade com que conduziram as discussões de seus problemas", afirmou o jovem Nelson Sain-Laurent, representante da Juventude Comunista do Canadá. Para a dinamarquesa Monika Jansen, representante da Red Ungdom (Juventude Vermelha), muitas das experiências relatadas no encontro serão levadas e debatidas em seu país. Ela disse ainda que ficou muito satisfeita em encontrar uma juventude entusiasmada, alegre e orgulhosa de participar da UJS. Para os membros da delegação chilena, Emilio, Marcela e Antônio, à primeira impressão que fica é que os problemas juvenis de que tratou o Congresso, se assemelham muito aos enfrentados pela juventude do Chile, e isso possibilitou um rico aprendizado".

Defesa do socialismo científico, e frente popular de oposição

Dois pontos altos do Congresso foram o debate a respeito dos acontecimentos no Leste Europeu, com a presença do cientista político Luiz Fernandes e do debate sobre a conjuntura política com o deputado federal Nelton Friedrich do PSDB e Dynéas Aguiar, da Direção Nacional do PCdoB. O debate sobre a questão internacional permitiu aos delegados o aprofundamento da compreensão da política de li-

quidação do socialismo implementada pela "Perestroika", bem como o fortalecimento da defesa do socialismo científico por parte da UJS. Já no debate político, foram destacadas pelos participantes do Congresso as posições de não conciliação com o governo Collor, defendidas pelo deputado Nelton Friedrich. "Suas posições demonstram que ainda existe um setor avançado e progressista dentro do PSDB, que com certeza pode contribuir muito na construção da frente de esquerda e popular, para se contrapor às medidas antipopulares e antinacionais que com certeza o governo Collor irá tomar", afirmou um dos delegados.

Não só de política e debates viveram os jovens socialistas nestes quatro dias em Curitiba. Atividades esportivas como uma maratona, aulas de ginástica aeróbica, apresentação de teatro, música e poesia por parte das delegações deram um toque especial de alegria e descontração ao Congresso. Esse entusiasmo e a energia, que marcaram o conjunto das atividades, são o coroamento do 5º Congresso, que selou a consolidação da UJS como uma entidade juvenil de caráter nacional, grande, forte e com grandes possibilidades de avançar, ajudando a conduzir as lutas da juventude brasileira.

* Correspondente da Classe em Curitiba

Política, cultura e ecologia

Dois dos novos coordenadores da UJS falam sobre as campanhas com as quais a entidade pretende sensibilizar a juventude em 1990

"Nós, da coordenação nacional, entendemos que o V congresso, em si, já refletiu muitas das preocupações dos delegados acerca da conquista de um novo patamar para a UJS.

"Na discussão sobre o quadro político nacional, ficou claro que devemos desenvolver todos os esforços necessários para consolidarmos e ampliarmos a unidade do nosso povo e desmascaramos o governo Collor, através de uma oposição decidida de caráter popular.

"Importante decisão, para desde já barrarmos as intenções do novo governo, foi a de lançarmos em março uma campanha em todo país, em defesa dos povos e da floresta amazônica. Ela trará, além

de tudo, a possibilidade de debater as diferentes visões sobre o problema, e de combatermos idéias equivocadas a seu respeito. A primeira, dos setores das elites que se utilizam do discurso nacionalista para seguir com a devastação e os assassinatos impunes. A outra, que diz necessária a internacionalização da Amazônia para salvá-la.

"Nossa campanha vai deixar claro que a Amazônia é um patrimônio do povo e da juventude, e que cabe a esses a sua defesa e preservação.

"Discussões acaloradas aconteceram no sentido de deixar claro a necessidade de expansão da UJS para a organização nos bairros e entre os trabalhadores, e da juventude mais popular.

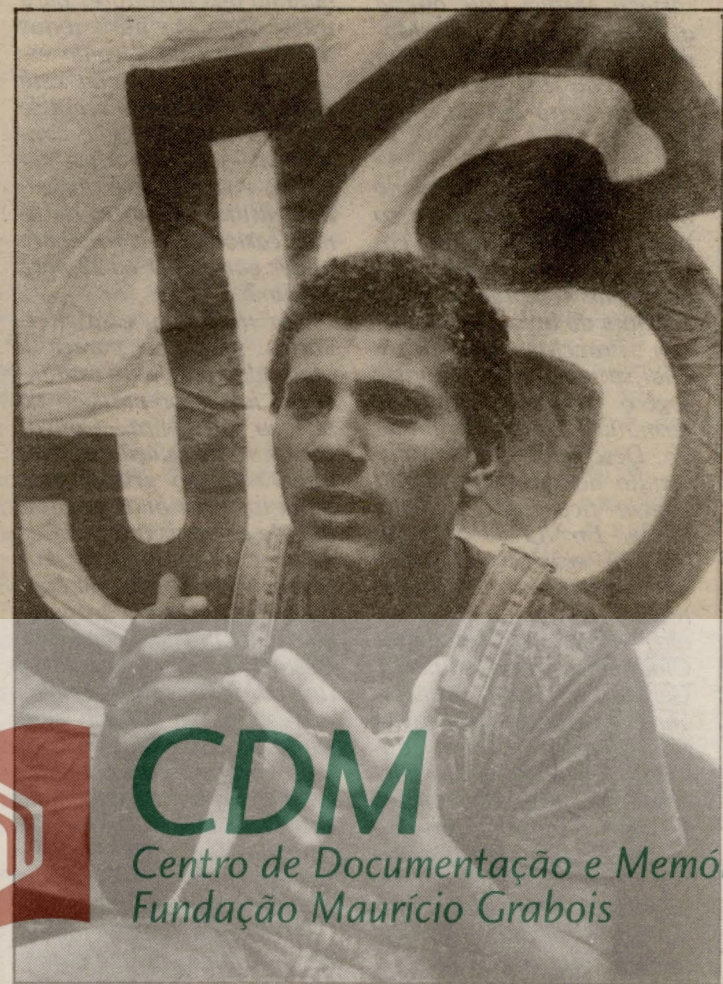
"Outro ponto que se apresenta como decisivo para atingirmos o novo patamar, é conseguirmos desenvolver mais atividades na área

cultural, ecológica, esportiva e de lazer. É que a UJS se transformou em referencial de política mais geral da juventude, mas abandonou essas áreas tão importantes para atingir o jovem brasileiro.

"Nesse esforço, as discussões sobre ciência e tecnologia, sobre sexualidade, sobre drogas e outros temas, foram bastante produtivas.

"O Leste europeu foi passado a limpo nas discussões. Ficou claro que o fenômeno desta região tem como base o retorno que algum tempo esses países fazem ao capitalismo.

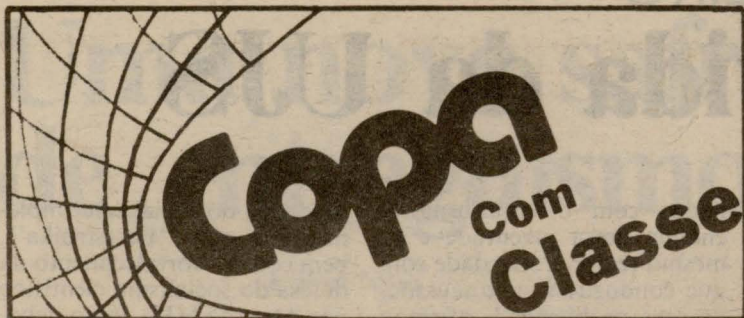
"Nesse sentido, faremos uma ofensiva, defendendo os países que se libertaram do imperialismo, como Cuba, e divulgando a Albânia, como país que constrói a nova sociedade, a sociedade que nós jovens queremos ver no mundo todo". (Rovilson Brito e Romário Galvão, coordenador geral e coordenador de organização da UJS)



Rovilson: "estávamos abandonando temas fundamentais"

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Convoquemos os 40

Cláudio Wladimir

O tucaninho collarido que nasceu em Minas mas se fez no Rio, Sebastião Lazzaroni, já anunciou que pretende trabalhar apenas com 22 jogadores na fase inicial de treinamento para a Copa da Itália, a partir do próximo dia 16 de abril. Para justificar a proposta, o treinador da seleção alegou querer evitar o trauma do corte dos atletas que porventura forem convocados para integrar a relação dos 40 e não conseguirem chegar à elite dos 22 que serão oficialmente inscritos para disputar a Copa. Além disso, argumenta-se nos bastidores que a idéia tem, também, um determinado lado místico, na medida em que, com isso, se pretende repetir o esquema utilizado em 1969/70 por João Saldanha, antes de ser decapitado pelo general-ditador de plantão, o tenebroso Garrastazu Médici, que queria a todo custo ver Dadá Maravilha na seleção. É a velha história do jeitinho brasileiro: deu certo em 70, dará certo em 90.

A idéia me parece uma outra bobagem que o nosso tucaninho collarido está cometendo. Em primeiro lugar, vale lembrar a velha máxima do inesquecível Neném Prancha, segundo a qual se macumba ganhasse o jogo o campeonato baiano terminaria sempre empatado. Descendo do alám e entrando no gramado, a bobagem fica mais evidente ainda. Em 1970, o grupo dos 22 era formado por uma verdadeira elite do futebol brasileiro. Pelé, Tostão, Rivelino, Jairzinho, Clodoaldo, Carlos Alberto, Gerson, só para citar alguns. Portanto, não havia praticamente nenhuma dúvida sobre o grupo dos selecionáveis. Hoje, passados 20 anos e tantas crises que se abateram sobre o futebol brasileiro, inclusive a crise de talento e criatividade, repetir essa fórmula inflexível pode ser um risco.

Em primeiro lugar é preciso considerar que os regulamentos da Copa do Mundo permitem a inscrição de 40 jogadores e depois é apresentada a relação oficial dos 22 que participarão efetivamente da competição. Embora o grupo inicial dos 22 unidos por Lazzaroni esteja no caminho certo, dentro das atuais possibilidades do futebol brasileiro, abrir mão da alternativa de examinar de perto outros atletas durante os primeiros treinos não nos parece uma medida acertada. Quem pode garantir que não surgirá um outro jogador em melhores condições técnicas e físicas que os atuais 22? Quem garante que nenhum dos 22 convocados irá se machucar e, nesse caso, substituí-lo por alguém já integrado ao grupo não seria muito melhor? Isso tudo sem levar em conta que a batalha dos bastidores para trazer logo em abril todos os soldados da "legião estrangeira" ainda não está definida. Já imaginaram se os "portugueses" não conseguem ser liberados em tempo e a seleção é obrigada a utilizar juniores de times cariocas, é claro, para poder completar os 22 para treinar?

Por tudo isso, essa alternativa não nos parece a mais adequada para essa fase inicial de preparação da seleção brasileira. Convoque os 40 da relação oficial, integre-os ao grupo, examine-os com mais profundidade e depois inscreva os 22 que estiverem em melhor fase técnica e física na época-limite da inscrição parece ser o melhor caminho. Resta saber se a teimosia do tucano collarido mineiro travestido de carioca será capaz de entender isso.

Em tempo: viram o golaço que o garoto Neto marcou no último domingo contra a Ponte Preta? Será que ele precisa fazer mais para que o tucaninho collarido enxergue que Neto merece um lugar nesta lista?

Uma visão sobre o transporte urbano

Em artigo especial para a Classe Operária, o professor Fernando Caldas Pereira* debate os problemas ligados ao transporte de massas nas grandes cidades, e demonstra que as "soluções técnicas" que desprezam fatores políticos quase sempre levam a equívocos e fracassos

A precariedade dos serviços de transportes urbanos no país não precisa ser demonstrada.

Tarifas altas, que chegam a comprometer algo em torno de 30% do salário dos trabalhadores, a superlotação dos veículos, a insegurança com que trafegam, a irregularidade e descumprimento dos horários, a qualidade deplorável dos trens suburbanos, entre muitos fatores, tudo corresponde a um quadro mais que conhecido pelos usuários, pelos técnicos e pelas autoridades responsáveis.

Para enfrentar estes problemas, as alternativas postas em geral pelos técnicos da área consistem em modernização de equipamentos e sistemas de transportes urbanos, e subsídios, que podem ou não vir acompanhados da primeira alternativa.

Colocada de forma estritamente técnica, entretanto, a questão esconde seus aspectos mais profundos de natureza política, já que a implementação de investimentos, a imposição de disciplina às empresas e a prática de subsídios envolvem decisões que afetam uma gama ampla de interesses e representam, necessariamente, opções sobre quem, como e quando serão beneficiados por tais ou quais opções.

Na verdade, a discussão técnica deve ser precedida de uma discussão cujo cunho é fundamentalmente político, que indicará exatamente qual das diversas racionalidades deve presidir o encaminhamento das soluções.

Além disso, o esclarecimento de opções políticas mais profundas será extremamente útil no momento da instrumentalização dos objetivos e processos a serem implementados.

No Distrito Federal, para ficar num exemplo, implantou-se um sistema de caixa único cujos pressupostos técnicos estão rigorosamente corretos.

No sistema convencional, a unificação de tarifas termina por nivelá-las por cima, tornando-as mais caras em função das empresas de menor eficiência operacional, uma vez que são fixadas para cobrir a totalidade dos custos daquela que os possui em patamares mais altos. Se não fosse assim, esta empresa seria forçada a sair do sistema.

O sistema de caixa único, na medida em que remunera as empresas pela quilometragem realizada, permitiria teoricamente, segundo a visão tecnocrática, uma diminuição de tarifas já que estas passariam a estar referidas a um custo médio e não máximo.

Acreditando no sucesso da fórmula, o governo do Distrito Federal munuiu-se de todos os instrumentos para administrar e aprimorar o sistema, de forma a transferir os ganhos de eficiência para os usuários.

Entretanto, com a sociedade insuficientemente organizada, com o poder público submetido aos interesses empresariais e com um processo permanente e iniciado há vários anos de deterioração da operadora estatal, o caixa único acabou

sendo administrado à luz e na dependência quase direta dos empresários privados do setor, tornando-se um instrumento de seus interesses e gerando a maior tarifa do país com a passagem predominante fixada em NCz\$ 13,50.

O exemplo do DF revela que a administração "técnica" não pode substituir a organização da sociedade, devendo, sim, aliar-se a ela como seu instrumento, devendo, portanto, ser permeável, transparente e democrática.

Mesmo nas hipóteses de estatização de serviços de transporte, é imprescindível a fiscalização, informação e participação da sociedade na gestão e administração das questões de transporte urbano.

Não há, ao contrário do que se pode pensar, uma contradição insuperável entre a presença do Estado na operação dos transportes públicos e a presença de empresas privadas. Elas podem coexistir e mesmo conspirar juntas contra o interesse público, especialmente quando não se tem uma sociedade organizada e um Estado democrático e participativo. O controle estatal não é idêntico ao controle público.

Em praticamente todas as cidades brasileiras o setor de transportes é altamente cartorializado. A criação de empresas operadoras estatais pode se constituir num instrumento poderoso em favor do interesse público, mas não será suficiente se não vier acompanhada da participação popular e da democratização de sua administração.

*Sociólogo pós-graduando na Universidade de Brasília e assessor do deputado Sigmaringa Seixas

Arquivo



Desconsideração de fatores políticos leva a enormes aumentos de tarifas, a um serviço cada vez mais precário.

Leste: senha do anticomunismo

Durante dois dias o Comitê Central do PCdoB, reunido em São Paulo de 25 a 28 de janeiro, analisou a campanha anticomunista inspirada pelas mudanças políticas em curso no Leste europeu. O caráter dos acontecimentos na região foi intensamente debatido pelos dirigentes do Partido, que também fizeram um exame mais minucioso da experiência socialista na URSS e das causas do revisionismo contemporâneo.

Os debates foram abertos pelo secretário-geral do Partido, Dynéas Aguiar, que apresentou um longo informe sobre o tema. "O que está ocorrendo em países do Leste europeu", assinala o dirigente comunista, "nada tem de insólito ou imprevisível. É o resultado lógico do caminho de retorno ao capitalismo empreendido por esses partidos e governos a partir do XX Congresso do PCUS, em 1956."

Falsificação da história

Neste sentido, a história confirma as previsões dos partidos marxistas-leninistas, que já faz cerca de três décadas denunciaram o abandono dos princípios que regem o socialismo científico pelas lideranças soviéticas, assim como o caráter revisionista, pequeno-burguês, das orientações adotadas desde então, tanto ao nível das idéias como na prática de construção da nova sociedade (em relação à política, à economia, ao Estado, ao Partido).

Entretanto, predomina junto à opinião pública duas opiniões falsas acerca desta realidade. Em primeiro lugar, desde Krushev os revisionistas no poder "procuraram apresentar sua linha de traição ao marxismo-leninismo como sendo um avanço para a construção do socialismo. Declararam que as medidas de retrocesso no campo econômico eram correções dos desvios praticados no tempo de Stálin e uma adequação à nova realidade internacional e interna de cada país", conforme sustenta Dynéas Aguiar.

E hoje, quando "a verdadeira face capitalista das reformas empreendidas por Krushev, Brejnev e Gorbachev surge em toda sua plenitude", a burguesia "mobiliza todos os seus recursos e meios de propaganda para apresentar a **débâcle** revisionista como sendo a derrota do socialismo". Assim, o repúdio das massas aos regimes do Leste europeu transforma-se, por obra e graça da propaganda burguesa, em movimento anticomunista, falência do marxismo-leninismo e coisas do gênero.

Capitalismo aberto

O informe indica, ainda, que a burguesia do Leste europeu "não precisa mais de representantes com a máscara de socialistas ou comunistas. Sen-

te-se bastante segura para implementar as medidas de rápido retorno às relações capitalistas plenas", enquanto "com a perda do poder político os partidos revisionistas desses países se desmancham como espuma de mar na areia da praia. Até há poucos tidos como forte e potentes estão em processo de extinção total como já ocorreu na Romênia e em outros países da região."

Tal evolução não deixa de ter aspectos positivos. Na medida em que as formações econômicas e o modo de vida capitalista passam a predominar e fluir em toda sua plenitude, a essência do sistema torna-se mais nítida e acessível à consciência das massas. O capitalismo, na época de sua agonia e decomposição, não propiciará uma saída progressista para o atoleiro em que o Leste europeu foi mergulhado pelos revisionistas e engendrará novos conflitos. "Nessas circunstâncias", nota Dynéas Aguiar, "a luta de classes ganhará novos contornos e dimensões. Não será mais a burguesia e seus aliados no ataque, e sim o proletariado e as massas trabalhadoras que passarão à ofensiva na defesa de direitos já conquistados e contra as consequências funestas da política que está sendo implementada."

Até agora a embalagem "socialista" e "marxista" na qual o produto contrabandeado pelos revisionistas é vendido — e as particularidades das formas econômicas e políticas do período de transição do socialismo ao capitalismo, com suas categorias provisórias e miscigenadas dificultaram a compreensão da essência dos regimes implantados no Leste europeu. O coroamento da obra revisionista tende a demolir gradualmente este obstáculo à consciência dos trabalhadores e inibir a dissimulação do caráter de classe daquele sistema.

Mas cabe aos comunistas as responsabilidades de desmascarar a propaganda burguesa e revisionista, tarefa que demanda um grande esforço de estudo para aprofundar a compreensão do problema, assim como "A participação no debate político e ideológico em defesa do marxismo-leninismo e do socialismo; publicação de materiais internos e para as massas difundindo a literatura existente e a nova que venha a ser elaborada pelo Partido e pelos partidos irmãos, em par-



Dynéas Aguiar fez o informe à reunião do CC, que examinou minuciosamente o Leste europeu

titular o PTA; a organização de ciclos de palestras, conferências e debates para militantes, filiados, amigos, simpatizantes e a massa em geral."

Causas do revisionismo

O Comitê Central do PCdoB também deflagrou uma discussão mais aprofundada sobre as causas objetivas e subjetivas do revisionismo. Conforme destacou o presidente do Partido, João Amazonas, "a análise desta questão não é, para nós, uma coisa nova", uma vez que desde o surgimento do revisionismo contemporâneo o fenômeno tem sido estudado e denunciado pelos marxistas-leninistas.

O fenômeno resulta das condições específicas em que se processava a luta de classes no Leste europeu, especialmente na União Soviética, onde expressou a capitulação dos dirigentes do país à pressão imperialista (militar, política, econômica e ideológica). Sabe-se, da mesma forma, que a sobrevivência de uma camada pequeno-burguesa relativamente extensa no socialismo representa uma base social hostil ao comunismo, sendo um fator objetivo que torna sempre presente a possibilidade de restauração capitalista, sobretudo enquanto o novo sistema não predomina em escala mundial. Isto não significa, porém, que o revisionismo tenha nascido por geração espontânea e que foi inevitável ou obrigatório. Embora seja apreciável, o

patrimônio teórico acumulado pelo movimento marxista-leninista sobre esta questão precisa ser enriquecido através de um estudo mais aprofundado das condições que lhe deram origem. "Tudo tem seu momento", disse Amazonas. "Inicialmente, a partir de 1956, era preciso fazer a crítica do revisionismo e mostrar que ele chegou ao poder na União Soviética. Hoje se apresentam questões novas que estão exigindo uma tomada de posição mais clara."

O presidente do PCdoB observa que "não seria tão fácil Krushev dar um golpe se o Partido Comunista estivesse bem orientado". Por isto, é imprescindível identificar as condições que facilitaram o trabalho revisionista e a degenerescência do PCUS, como a excessiva burocratização do Estado e do partido, a ausência de um vínculo mais forte entre partido e povo e de um exercício mais pleno da democracia socialista, nas fileiras comunistas e na sociedade.

O estudo aprofundado de tais problemas não é coisa simples nem fácil. "É preciso muita ciência e decisão de enfrentar os problemas", salienta Amazonas, lembrando que devemos saber como colocar a questão: "Uma forma é a pequena burguesa, de ver erro em todo lugar e descobrir 'novas' soluções para todas as coisas; outra é a forma científica, o exame de acordo com o materialismo dialético. Esta é uma grande batalha teórica, a maior desde a morte de Lênin,

e temos de enfrentá-la com nossas próprias forças, com sabedoria, espírito revolucionário e crítico, sem se apressar a dizer: 'isto está certo, isto está errado'."

É necessário, portanto, "levar em conta os condicionamentos históricos, ver que cada coisa se dá em correlação mútua com outros fenômenos e dentro de determinado momento da História". A questão da democracia, por exemplo, não se resolve com simplismo nem pode ser avaliada tendo por medida os critérios burgueses de democracia, sem enxergar o processo agudo de luta de classes no socialismo, as particularidades de sua construção em cada país, a intensidade da pressão imperialista e outros fatores. A democracia socialista, conseqüentemente, materializa-se com estas ou aquelas características de acordo com condições bem concretas.

Ao mesmo tempo, o socialismo não é um sistema estático, está sempre em evolução e às voltas com novas contradições. A ampliação da liberdade, inclusive a garantia de liberdade de criação, é uma meta constante do sistema, que se aplica em conformidade com as condições de sua construção. A solução das questões teóricas e práticas que se apresentam atualmente "pode abrir caminho para aperfeiçoar o nosso sistema", ressaltou Amazonas, para quem o Partido fez uma discussão rica "demonstrando muita maturidade".

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Kosova, transformada em campo de concentração

Nos despachos mentirosos da agência oficial de notícias iugoslava "Tanjug" sobre a Albânia, fartamente reproduzidos pela imprensa burguesa, constava, entre outras coisas, que o governo albanês enfrentava graves conflitos com a minoria grega que reside no país e havia decretado o estado de emergência para reprimir protestos populares.

Já ficou mais que suficientemente demonstrado, ao menos para os que estão dispostos a enxergar a verdade dos fatos, que se tratava de meras calúnias. Mas Ramiz Alia, líder do Partido do Trabalho da Albânia (PTA), ao desmenti-las em discurso a operários do complexo industrial Enver Hoxha em Tirana, também identificou um dos motivos da farsa montada pelos círculos reacionários da Iugoslávia: é que por lá, lembrou o dirigente do PTA, ocorre precisamente o que estava sendo inventado acerca da Albânia. Em Kosova, o povo, de maioria albanesa, sofria (e continua sofrendo) uma repressão indescritível, vivendo sob "um verdadeiro campo de concentração".

Os fatos

Não tardou para que os fatos se impusessem, mesmo à venerável imprensa burguesa. O território de Kosova, submetido à tirania dos grãos-sérvios, convive há mais de um ano com o estado de emergência, imposto pelo governo da



Comboio de tanques enviado pelo governo iugoslavo para reprimir albaneses

Sérvia com a finalidade de manter os albaneses sob controle e impedir a luta das massas contra o regime de terror. Terror; não há exagero no emprego da palavra, bem apropriada para designar a situação atual da região.

Os albaneses que se opõem à política chauvinista do presidente da República da Sérvia, Slodoban Milosevic, expõem-se a prisões arbitrarias, torturas e mesmo execuções clandestinas, permanecendo o território sob virtual ocupação militar desde março deste ano. Em Kosova, é bom que se diga, a população é composta por cerca de 1,8 milhões de al-

baneses e 200 mil sérvios e montenegrinos. Kosova teve o seu status de região autônoma rebaixada neste ano em função de medidas orientadas por Milosevic, que exige a sua simples anexação à Sérvia.

Manifestações

Os interesses e a autodeterminação do povo são desprezados pelo governo iugoslavo. Porém, os albaneses têm realizado manifestações massivas, exigindo eleições livres, renúncia do governo local (dominado pela minoria sérvia), eleições livres, fim do estado de emergência, liberdade para os prisioneiros políticos e trans-

formação da região em república (a Iugoslávia é formada por seis repúblicas: Sérvia, Eslovênia, Croácia, Bósnia, Montenegro e Macedônia).

Os chauvinistas grãosérvios, contudo, não reconhecem o direito à autodeterminação do povo sobre a região, estimulam o ódio da minoria sérvia contra os albaneses e, para reprimir os albaneses, enviaram tropas e tanques a Kosova no início do mês. Os conflitos das últimas semanas na região já resultaram em cerca de 30 mortes e dezenas de feridos, conforme informações provenientes de Pristina, capital de Kosova.

Governo dividido

Porém, a crise das nacionalidades, potencializada pelas enormes dificuldades econômicas da Iugoslávia (que ostenta uma dívida superior a 20 bilhões de dólares, desemprego em massa, queda na produção, hiperinflação e miséria crescente), não se limita a Kosova. A reivindicação de secessão alastra-se por todas as repúblicas do país.

A Eslovênia insiste na separação, o partido que dirige a república dissociou-se do comando central da organização revisionista da Iugoslávia e negou-se a enviar tropas para reprimir albaneses em Kosova. Observa-se, igualmente, uma grande insatisfação nas outras repúblicas, especialmente Croácia e Montenegro. Como a União Soviética, a federação iugoslava emite claros sinais de decomposição.

Da mesma forma, o governo não se entede quando se trata de escolher a forma de tratar o conflito em Kosova. Enquanto o primeiro-ministro do país, Ante Markovic, acena com a conciliação propondo o diálogo, o presidente da Sérvia, Slodan Milosevic, diz que não aceitará quaisquer "compromissos na questão de Kosova", nem permitirá que "nenhum centímetro de terra sérvia seja conquistado". Até agora tem predominado o chauvinismo descaradamente defendido por Milosevic.

Tudo em paz em Tirana

Fredo Ebling

Um brasileiro passeia tranqüilo pelas ruas da capital albanesa, conversa com o povo, visita a universidade e centros de serviços e constata: na Albânia, a vida prossegue normalmente, o "estado de emergência" não passou de invenção da imprensa burguesa e revisionista e a mobilização popular pela construção do socialismo continua intensa.

Assisti, perplexo, a televisão italiana dar uma notícia sobre manifestações de protesto contra o governo albanês que teriam, presumivelmente acontecido numa cidade do Norte do país. Aproveitava para dizer, também, que a Albânia vivia uma grande crise econômica e que tais manifestações, com os estudantes à frente, seriam parte de um movimento maior de descontentamento, semelhante aos que ocorreram nos países da Europa do Leste. Poucos dias antes, outra "notícia" falava em execução de 4 jovens da minoria grega que

estariam tentando fugir do país. Apesar de todos os desmentidos oficiais e de um vídeo-tape que a embaixada albanesa em Atenas apresentou onde os quatro presumíveis cadáveres apareciam comemorando a passagem do ano com seus familiares em sua casa, a campanha difamatória prossegue.

Falou-se de reforçamento da segurança ao primeiro-ministro do PTA, Ramiz Alia, e à viúva de Enver Hoxha, que teriam quadruplicado a guarda nas cercanias de suas residências. A última é de que fora decretado o estado de emergência no país. Em suma, quer se fazer crer que a "bruxa anda solta" também na Albânia.

Em quase um ano de estadia, aqui, não consegui perceber qualquer sinal que indicasse algum descontentamento. Ao contrário, o que verifiquei foi uma unidade muito forte entre o povo e o Estado albanês, entre o povo e o Partido do Trabalho.

De qualquer forma, resolvi sair à rua para ver se constatava alguma coisa diferente. Pelo menos a guarda reforçada no quarteirão onde moram os membros do Birô Político do

Partido, se fosse verdade, seria visível.

Passei em frente aos alojamentos da cidade universitária que, aliás, fazem fronteira com a minha casa. Passei devagar, parei. Circulei entre os estudantes para ver se captava alguma coisa. As conversas eram as de sempre. Problemas relativos às aulas, conversas sobre o que fizeram nas curtas férias de inverno, paqueras etc...

Fui então à farmácia nº 5 que fica próxima ao centro da cidade. De lá, fui ao barbeiro, pois barbearias são, em todo o mundo locais privilegiados de conversa. Enquanto esperava uma cadeira vaga, observava. A vitória do Dinamo contra o 17 de Novembro predominava nos comentários. Sentei e me apresentei ao barbeiro como brasileiro. Ele logo disse que havia visto imagens do Rio de Janeiro num programa de fim-de-ano apresentado pela TV albanesa, e que tinha gostado muito. Era um "clip" de lambada. Aliás, o sucesso musical aqui, atualmente, como em toda a Europa é a lambada.

Até ali, a minha caça às bruxas havia sido frustrada. Elas não estavam entre os estudan-

tes, não estavam nas farmácias, nem na barbearia e tampouco transitando pelas ruas. Talvez em conseqüência do frio elas estivessem escondidas atrás de sobretudo, mantas, toucas, quem sabe?

Fui em direção ao quarteirão das casas dos membros do Birô Político do PTA. A guarda quadruplicada não poderia deixar de ser percebida pelos meus olhos. Mas, novamente, não havia nada diferente. Tudo igual. A pretensão parafernália de segurança não existia.

A noite, em casa, recebi a notícia de que havia sido decretado o estado de emergência. Mas com que facilidade se criam notícias e se dá por verdadeiras, fantasias criadas no Central de Inteligência americana.

Se não, então por que a tão zelosa TV italiana não faz o mesmo de quando se deram os acontecimentos em Pequim e na Romênia no ano passado e chamou o embaixador italiano na Albânia ao telefone para que desse seu depoimento? Simples. Porque ele, como representante de governo, não pode assumir, oficialmente, tal patifaria.

Se fala em atentado às mi-

norias e perseguição a religiosos. Porque não se divulga a palavra do padre Kel Many, vigário da Igreja de Santo Antonio da Barra, em Salvador, na Bahia, albanês de nascimento e que no ano passado esteve aqui, revendo familiares e que constatou que "o povo albanês está feliz com suas condições de vida e trabalho". Ou da Madre Tereza de Calcutá que aqui também esteve, recentemente, e elogiou o cuidado do estado albanês com a educação e a saúde do povo?

Esquecem-se que a Albânia não é a Polônia, Enver Hoxha não era Kruschov, Ramiz Alia não é Ceascescu, que o socialismo não é o revisionismo.

O povo albanês lutou com muito sacrifício para chegar até onde chegou. Ele tem amor pelo socialismo, por sua pátria e pelo Partido. Não serão mentiras descaradas como as que estão sendo divulgadas que mudarão esta realidade.

As "forças do além", responsáveis pela "bruxa" acham que podem obter aqui, os mesmos resultados que na Europa do Leste e na União Soviética. Ledo engano!

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

O império contra-ataca: A Rússia e as rebeliões nacionalistas

Aldo Rebelo *

É preciso que se investigue a natureza dos conflitos nacionais em curso na URSS respeitando a verdade dos fatos e da História, caso se deseje enxergar a realidade de suas raízes econômicas e políticas. Mas não é a paixão científica que orienta a imprensa conservadora, que inventa fatos e datas na tentativa de responsabilizar Stálin pela crise que hoje abala o império russo.

O pesadelo do cisma no império russo rondou as muralhas do Kremlin nos últimos dias de janeiro. O levante nacionalista no Azerbaijão ameaçava tomar conotação de guerra civil irreversível. Num determinado momento da luta, até a chegada das tropas do Exército de ocupação as milícias azerbaijãs constituíram o único poder de fato visível na república soviética do Cáucaso.

Rússia: o urso no pântano

Gorbachev temeu pelo pior. E se através das fronteiras do Irã e da Turquia comessem a chegar armas aos rebeldes? O pântano do Afeganistão poderia se repetir dentro das próprias fronteiras soviéticas. Gorbachev resolveu então arquivar momentaneamente as promessas da perestroika e da glasnost de uma revolução sem sangue e agir com punho de ferro para impedir que uma guerrilha muçulmana roubasse uma parte do seu império.

Desta vez o Kremlin não despachou forças anti-motins como havia feito em ocasiões anteriores. O Exército russo partiu decidido a enfrentar uma guerra. A determinação de Gorbachev e o apoio por ele recebido dos Estados Unidos — que reconheceram a legitimidade da ação armada — intimidaram as lideranças nacionalistas, que recuaram. Moscou fechou a fronteira com o Irã e a Turquia e a rebelião nacionalista foi momentaneamente abafada.

Jogo dúbio

Há de se observar no caso o comportamento dúbio assumido pelas potências ocidentais diante do conflito: nenhum protesto, nenhuma voz se ergueu, sequer para lamentar os mortos civis azerbaijanos. O capital prefere uma URSS pacificada onde melhor e mais rápido possa investir seus interesses.

Depois de bombardear o porto de Baku para levantar o bloqueio de navios mercantes azerbaijanos, prender os líderes nacionalistas mais radicais

e matar algumas dezenas de ativistas a tropa de ocupação conseguiu controlar a situação.

Mas o ambiente continua carregado do mesmo combustível que desencadeou o incêndio da última rebelião. Milhares de desempregados vagueiam pelos campos e cidades do Azerbaijão em busca do que fazer: até mesmo guerrilha. A revolta anti-russa toma também feição religiosa, abanada pela propaganda do vizinho Irã, com quem os nacionalistas querem fronteiras abertas.

Na verdade a imprensa burguesa de todo o mundo, longe de esclarecer, confunde seus leitores sobre as verdadeiras causas e razões da revolta nacionalista que sacode a URSS. Ora apresenta o conflito como disputa de etnias, ora como luta contra a opressão cultural ou disputa religiosa.

O que ocorre, porém, é que estas são formas através das quais o conflito se apresenta, embora sua natureza verdadeira e última seja o acirramento da disputa dos mercados nacionais atizada pelos ventos da perestroika que elevou a temperatura nunca vista a febre capitalista em território soviético.

Como isso acontece? Em primeiro lugar a perestroika acelerou a introdução de mecanismos capitalistas nas economias dessas regiões — criação de novas empresas sob domínio privado, intensificação do mercado negro e do contrabando, além de outras possibilidades formais e informais de enriquecimento. Os capitalistas e candidatos a capitalistas locais não admitem que a repartição desse mercado fique a cargo das autoridades de Moscou; querem autonomia para dispor dos meios e do resultado da exploração de seus mercados nacionais, sem ter que prestar contas ao Kremlin.

Esse é o elemento essencial do conflito: a guerra pelo mercado inerente ao capitalismo na disputa entram os antigos clãs despojados pela revolução e que vêm agora a possibilidade de assumir seu antigo papel; os burocratas locais asso-



Na cidade de Vilnius, uma manifestação dos lituanos pela independência: um direito sagrado dos povos

ciados às máfias regionais atraídos pelos enriquecimento rápido; os chefes religiosos preocupados em recuperar prestígio.

É claro que os grupos de pressão manejam com habilidade sentimentos e aspirações justas e legítimas de seus respectivos povos. Usam como bandeira a reivindicação de autonomia nacional e fim da russificação, iniciada por Krushev, das repúblicas soviéticas, denunciam a opressão nacional e cultural russa sobre seus povos.

Krushev, o antropólogo fracassado

No festival de desinformação a imprensa conservadora perde completamente as peias do respeito para com a verdade e cria versões fantasiosas, inclusive com a invenção de fatos e datas, na tentativa de responsabilizar Stálin pelos conflitos.

Qualquer historiador honesto e honrado — muitos conservadores e liberais — sabe que Stálin considerava uma justa política para as nacionalidades um dos três pilares de sustentação do Estado Soviético — os outros dois eram a aliança operário-camponesa e a existência do Exército Vermelho.

À época de Stálin, o Estado soviético jamais usou o Exército vermelho para suprimir pela força rebeliões nacionais ou dissidências no campo socialista. Quando Tito renegou o socialismo, ainda na década de 40, os comunistas ainda guardam os textos de Stálin desmascarando o caminho capitalista de Tito, mas nenhum soldado soviético cruzou as fronteiras da Iugoslávia para impedir pela força a virada revisionista neste país. Krushev, que atacou Stálin, mandou erguer o muro de Berlim e enviou tropas à Hungria. Brejnev, sucessor de Krushev, comandou a invasão da Tchecoslováquia e a ocupação do Afeganistão. É bom que se diga, que o grupelho aburguesado que hoje se denomina PCB (Partido "comunista" Brasileiro) apoiou todos esses crimes contra o socialismo e a liberdade dos povos.

Quando Krushev, em pleno delírio, proclamou que havia chegado a era do comunismo na URSS e intensificou a russificação em busca do que chamou "nova etnia" fruto da chegada do comunismo, os verdadeiros comunistas denunciaram o novo curso graças a tais medidas. Hoje, sem comunismo e, muito menos "nova etnia", a Rússia

imperialista se consome na fogueira das rebeliões nacionais alimentada pelo lucro e pelo chauvinismo de grande potência. O deus do capital exige oferendas que os sacerdotes capitalistas do Kremlin, mais cedo ou mais tarde, terão que depositar em seu altar.

Os direitos nacionais são sagrados

As correntes revolucionárias e antiimperialistas de todo o mundo só podem ficar atentas aos acontecimentos em território soviético. Devem defender o legítimo direito dos povos das repúblicas soviéticas à sua autonomia e independência nacional; repudiar a violência das tropas de ocupação russas sobre outros povos, como ocorreu recentemente no Azerbaijão.

Mesmo que momentaneamente manipuladas por organizações conservadoras, as massas das repúblicas soviéticas precisam de direitos políticos e independência nacional para encontrar o caminho da revolução socialista, o único caminho para a verdadeira harmonia nacional.

* Membro da direção nacional do PCdoB e vereador em São Paulo

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A moda do pluripartidarismo chegou à União Soviética

O comitê central do partido revisionista soviético acaba de aprovar uma proposta do seu principal líder, Mikhail Gorbachev, pela qual renuncia ao papel dirigente da organização sobre o Estado e a sociedade, previsto no artigo 6º da Constituição, abrindo caminho para a implantação de um sistema pluripartidário. Concluiu também que a forma de governo presidencialista é a que melhor convém ao país.

Tais resoluções devem ser referendadas pelo congresso do partido, antecipado para junho ou julho, e transformadas em leis pelo parlamento soviético — o Congresso dos Deputados do Povo. Os dirigentes revisionistas votaram massivamente a favor de Gorbachev — o único voto contra foi do ultraliberal Boris Yeltsin, que defende uma implantação mais rápida das formas capitalistas e considerou “tímidas” e “conciliadoras” as decisões adotadas pelo comitê central.

Lógica capitalista

O fim do monopólio do poder pelo partido soviético não tem nada de surpreendente e ocorre agora apenas porque a URSS, devido a uma série de particularidades internas, está relativamente atrasada no campo dessas reformas institucionais quando comparada a outros países do Leste europeu — Polônia, Hungria e Checoslováquia, por exemplo.

Também ali se processa, embora de forma mais gradual, a substituição do regime revisionista e das instituições que criou, por formas e organizações estatais tipicamente burguesas. Para os que acompanham, com olhos críticos, a evolução da história no Leste europeu isto não surpreende porque expressa uma fase lógica, necessária, e por isto previsível, do processo de restauração capitalista em curso na região há mais de 30 anos.

Enquanto se operava a transição do socialismo ao capitalismo, principalmente em sua fase inicial, com a persistência de caricaturas das relações e formações oriundas do socialismo (centralização econômica e planejamento, estatização e, formalmente, pleno emprego, entre outras), o regime revisionista fazia sentido, suas idéias e instituições eram as que melhor correspondiam à realidade então vivida pela sociedade, estavam apropriadas tanto aos fatores objetivos como subjetivos do país.

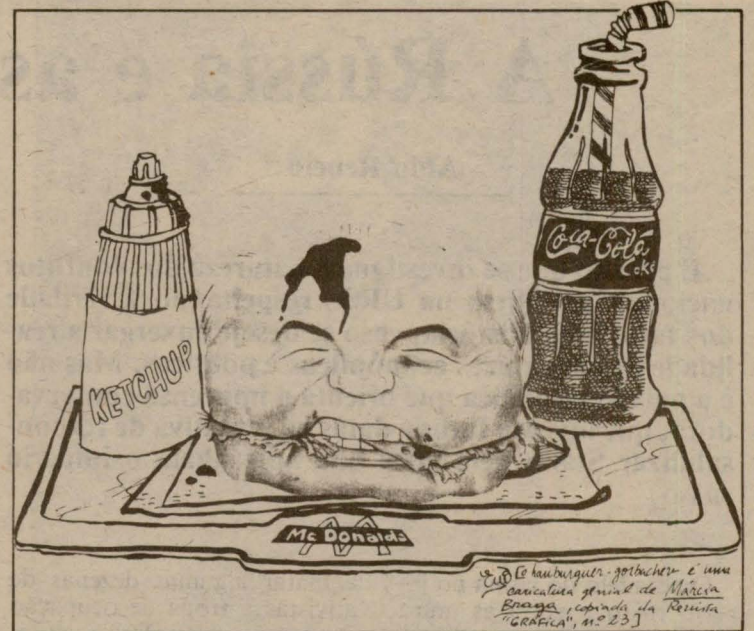
Na medida em que esta transição reacionária se completa, com o pleno restabelecimento do capitalismo e da burguesia na União Soviética, a ideologia e o regime revisionistas já não servem para refletir os interesses dos agentes sociais restaurados, pelo menos como formas dominantes. Tornam-se pateticamente hipócritas e cínicas e perdem inclusive a eficácia como instrumento destinado a engabelar e controlar as massas.

Ao lado disso, as novas condições que caracterizam o novo período — entre elas, os conflitos intestinos da burguesia —, perigosamente explosivos nos marcos do antigo regime, exigem instituições genuinamente capitalistas para se expressar com certo desafogo. Assim como mudanças das leis etc. Como manter na Constituição o princípio do pleno emprego quando o desemprego é um fato irrefutável da vida econômica, filho legítimo e obrigatório do capitalismo restaurado, ou ainda deixar na clandestinidade a propriedade privada que prolifera e engorda com a exploração, “proibida”, do trabalho assalariado?

O conteúdo capitalista do sistema termina por impor a forma que lhe é correspondente e mais adequada. E a trajetória do revisionismo contemporâneo, neste sentido, é análoga à da social-democracia, que depois de experimentar o poder optou por renegar formalmente o marxismo, o que fez em 1959.

Prestes e a democracia

O caminho do pluripartidarismo, por outro lado, não deixa de ser um progresso em relação à ditadura do partido revisionista, cujo monopólio sobre o poder não representava a hegemonia da classe operária ou a direção proletária sobre o Estado e a sociedade. Por isso não pode ser confundido com ditadura do proletariado ou de-



mocracia socialista, nem seu fim merece ser lamentado. Já vai tarde!

Não foi sem motivação que um protesto contra o governo da URSS em Moscou reuniu cerca de 200 mil pessoas quando estava para ter início a reunião do Comitê Central. As fraturas do partido revisionista também ficaram claramente expostas no encontro. Em sua intervenção, o embaixador soviético na Polônia, Vladimir Brovnikov, acentuou: “Entrou na moda atribuir todos os desastres ao passado, mas o que enfrentamos agora não é o resultado da estagnação do passado, são os resultados da perestroika”. Boris Gidaspov, de Leningrado, por seu turno, disse que não há “motivos para otimismo” e que vive-se “a completa desorganização do mecanismo executivo. O grau de controle do Estado está rapidamente caindo e os ministérios estão em completo torpor”, enquanto o partido vem sendo “metodicamente removido da condução”.

A crise econômica tende a se agravar, devido às medidas adotadas por Gorbachev no sentido de transferir recursos da indústria pesada para a produção de bens de consumo. Conforme Ed Hewett, analista da economia soviética, os cortes de investimentos em áreas-

chave, como petróleo e gás natural, “será desastroso”, enquanto o aumento da produção de bens de consumo, na proporção desejada por Gorbachev (18%) “só pode ser atingida com alta inflação e com a produção de bens de baixa qualidade”.

Mas o atual espírito da sociedade soviética foi comicamente simbolizado pelos delirantes episódios que cercaram a inauguração da lanchonete McDonald's em Moscou no último dia de janeiro, quando se registrou uma grande euforia nos meios de comunicação e uma fila de pelo menos 3 mil pessoas diante da empresa. Foi como a conquista do paraíso. Quem diria? Por aqui a decrepitude do senhor Luiz Carlos Prestes foi mais uma vez despertada: o quixotesco cavalheiro jura que a multinacional norte-americana está levando a democracia para as terras russas. Não é engraçado? Pelo menos lembra aquela piada protagonizada pelo ex-presidente da Bulgária, Thodor Zhivkov (hoje em desgraça), que, sob um calor infernal em Sófia, andava pelas ruas coberto com densos agasalhos e se justificava explicando que ouvira no rádio notícia de que em Moscou estava fazendo um “frio de morrer”.

Mandela pode ser libertado

A população negra da África do Sul está conquistando importantes vitórias em sua luta contra o governo racista da minoria branca. O presidente do país, Frederik Willen de Klerk, anunciou uma série de concessões às organizações anti-apartheid, entre elas a promessa de libertação de Nelson Mandela, legendário líder negro de 71 anos, 27 deles vividos na prisão.

Vários prisioneiros políticos já ganharam a liberdade nas últimas semanas, o Congresso Nacional Africano (CNA) e dezenas de outras organizações que lutam contra o apartheid foram reconhecidas e poderão atuar abertamente, as execuções de presos foram suspensas enquanto se debate o fim da pena de morte, a censura à imprensa parcialmente eliminada e restrições a atividades de opositores canceladas. Ao lado disso, discute-se a elaboração de uma nova Constituição.

Porém, nem tudo são flores. De um lado, persiste o estado de emergência implantado pelo governo racista desde 1986, enquanto a direita luta para anular inclusive as concessões aos negros patrocinadas pelo governo de Frederik Willen de Klerk. O próprio presidente procura limitar o alcance de suas medidas, deixando claro que não pretende abrir mão do domínio branco e do apartheid (regime pelo qual os brancos, uma minoria de 5 milhões, oprime a maioria negra, de 28 milhões, através de odiosos métodos segregacionistas e racistas).

O governo procura antecipar-se às mudanças, cedendo os anéis para não perder os dedos, mas continua promovendo cenas de repressão e terror contra os negros. As



manifestações anti-apartheid continuam sendo resolvidas pela polícia, como evidenciou a repressão a um protesto ocorrido dias atrás no aeroporto de Johannesburg.

Apesar disso, é inegável que as concessões aos negros facilitam a luta da oposição. Esta não será detida, como pretendem os dirigentes racistas, mas se desenvolverá, agora em melhores condições, até a completa liquidação do apartheid, conforme acentuaram as principais lideranças do Congresso Nacional Africano.

A relativa liberalização anunciada por Frederik Willen de Klerk resulta da luta tenaz dos negros contra o regime racista e do

grande isolamento internacional da África do Sul. Os banqueiros estrangeiros, assustados com o caos político do país, congelaram empréstimos e forçaram o pagamento da dívida externa de US\$ 25 bilhões contraídos pelo governo racista. Estima-se que cerca de 12 bilhões de dólares foram transferidos da África do Sul para a comunidade financeira internacional em pagamento de juros e principal dos débitos desde 1985 como consequência das pressões exercidas pelos bancos credores. A taxa de crescimento do país foi reduzido para menos de 2% ao ano, enquanto a população cresce à razão de 2,8%, situação que tem causado a ampliação do desemprego e da miséria.

“Mais do que nunca o socialismo vive”

O PCdoB continua promovendo em vários Estados debates sobre os acontecimentos no Leste europeu e a luta contra o revisionismo. Nos últimos dias 30 e 31 de janeiro, o editor da Classe Operária, José Reinaldo Carvalho, esteve em Goiânia e Brasília, onde expôs para públicos de 200 pessoas em cada evento as opiniões do PCdoB sobre a campanha anti-comunista, a natureza da crise no Leste e reafirmou que “mais do que nunca o socialismo vive”.

Tanto em Goiânia como em Brasília, o público era formado por estudantes, intelectuais, jornalistas, professores e artistas que participaram ativamente dando opiniões e formulando perguntas. Compareceram também ativistas e dirigentes de outros partidos políticos interessados em conhecer a opinião dos comunistas sobre o assunto.

O editor da Classe destacou que “além de promover a restauração do capitalismo na URSS e demais países do Leste, os revisionistas semearam no mundo idéias contra-revolucionárias, pregando o reformismo e a conciliação de classes”. Nessa medida, segundo Reinaldo, “criaram um clima de confusão ideológica e desmorreamento, habilidosamente manipulado pela burguesia para dividir as forças revolucionárias”. Da importância de debates como esse, pensa ele, pois “através da reflexão científica, tendo como referencial teórico o marxismo-leninismo, que não é um dogma, nos capacitaremos para enfrentar os novos problemas que surgem, dar resposta a questões postas recentemente na ordem do dia, enriquecendo assim o nosso patrimônio teórico e ideológico”.

Clementina, cadê você?

Carlos Pompe

No dia 7 de fevereiro Clementina de Jesus completaria 90 anos de idade. A data é estimada, já que ela não teve registro de nascimento. Um verdadeiro monumento da nossa canção, Clementina teve seu talento reconhecido em vida. Grande intérprete de músicas folclóricas e da produção recente da MPB, era chamada "A dama negra da música brasileira".

Filha de um portuário — violeiro e capoeirista nas horas vagas — e de uma lavadeira e parteira, Clementina nasceu provavelmente em 7 de fevereiro de 1900, segundo seu amigo e "descobridor" Hermínio Bello de Carvalho. Só foi registrada em 7 de julho de 1902. Seus avós eram escravos, oriundos da nação Bantu (que veio da faixa de Angola, Congo e Moçambique, na África). Sua mãe, Amélia, escapou de ser escrava devido à Lei do Ventre Livre.

O sobrenome, de Jesus, é decorrência da cristianização dos negros no Brasil. Impedidos de usar os nomes africanos, adotavam ou o sobrenome dos senhores de escravo, ou algum de influência religiosa — por isso tantos "Santos" entre nossa gente. Amélia, a mãe de Clementina, era Amélia de Jesus dos Santos.

Clementina cresceu ouvindo a mãe rezar em jejê nago e cantar "provavelmente em iorubano", conta Hermínio. Ao mesmo tempo, frequentou rodas de samba e, a partir dos 15 anos, cantou no coro da igreja católica do bairro onde morava, Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. Assim foi memorizando cantos de trabalho, jongos, partidos-altos e benditos e ladainhas.

"Não vadeia, Clementina"

Descendente de escravos, herdou a escravidão assalariada. Ainda menina começou a trabalhar como doméstica na casa de uma família de portugueses. E a repressão era constante: "Você está cantando ou miando?", reclamava a patroa. Mas nas horas de folga a menina era pastorinha no bloco carnavalesco Moreninhas das Campinas — de onde se originou a Portela. Nesse bloco, chegou a desfilar em carro aberto com Noel Rosa, no início dos anos 30. Frequentava também as rodas de samba da casa de Maria Nenê, em Os-

waldo Cruz. Em 1920 casou-se e mudou para a Mangueira, ingressando na escola de Cartola.

Sua voz e sua interpretação sempre foram requisitadas para apresentações em bares, em festas e em rodas de samba. Mas somente nos anos 60, pelas mãos de Hermínio Bello de Carvalho, ela passou a ser conhecida do grande público. Em 64, Hermínio levou-a para um

show da Viola, Elton Medeiros, Zé Keti, entre outros) chamavam — "Clementina cadê você, cadê você, cadê você?" e uma senhora negra, com mais de 60 anos, aparecia toda de branco em cena com "a mais extraordinária e mais autêntica vocalização de velhas corimãs e quadras de partido-alto conservados pela tradição oral nos meios da comunidade negra do Rio de Janeiro".

seuzala, com a nossa verdadeira história. Aquela que inclui e honra a avó africana".

Seu talento lhe valeu a indicação para representar o Brasil num dos espetáculos de música do Festival de Cinema de Cannes e do Festival de Arte Negra, em Dacar, em 1966. Sérgio Cabral estava no festival de Dacar, e conta:

"Todos os países com

impressão, naquele momento, de que Nossa Senhora da Conceição era ela".

Mulher guerreira

Quando já beirava os 80 anos, Clementina continuava a cantar onde fosse chamada, e participou do movimento em defesa da aposentadoria para os artistas, em 1977. Anos antes, em 73, teve dissabores com a censura. A música que cantaria num disco de Milton Nascimento — de Milton e Fernando Brant — teve a letra proibida ("veja bem meu patrão, como pode ser bom: você trabalharia no sol, e eu tomando banho de mar"). Pouco depois, Milton e Brant homenagearam-na em outra música ("cantando bonito as aventuras de seu povo aflito").

Em julho de 1983, foi homenageada com um espetáculo no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Pela primeira vez uma escola de samba pisava o palco do municipal, e pela primeira vez uma cantora negra, de música popular, fazia ali a sua arte. As elites cariocas, descendentes dos antigos senhores de escravos, reclamaram da "profanação do palco do Municipal". Os burgueses brancos fazem ali seu baile carnavalesco, mas não aceitam negros no recinto — a não ser para servi-los nos trabalhos sem qualificação.

A voz de Clementina está registrada em 9 LPs e 3 compactos. Faleceu em 19 de julho de 87. Os amigos se cotizaram para pagar o funeral. Nos seus últimos anos morava numa pequena casa no subúrbio carioca de Inhaúma — casa doada por um grupo de artistas — e sua única renda fixa era uma aposentadoria de 2 salários-mínimos. Comentou numa de suas entrevistas:



Clementina, "A dama negra da música brasileira", dizia que "a vida passa rápido"

concerto com o violonista Turíbio Santos, num espetáculo de música popular e erudita. A aceitação foi geral. Chamou-a, então, para um novo show, "Rosa de Ouro" (o nome da ala que Chiquinha Gonzaga frequentava nos primeiros carnavais de rua cariocas).

"É Clementina cantando bonito as aventuras de seu povo aflito"

José Ramos Tinhorão assistiu entusiasmado ao espetáculo. Conta que a certa altura os sambistas (Pauli-

ro". O sucesso do show foi tanto que os artistas foram para o estúdio e gravaram dois discos — "Rosa de ouro" —, que são os primeiros discos de Clementina e também de Paulinho da Viola.

O violonista Turíbio Santos também não escondeu sua admiração: "Clementina de Jesus não representa só a formidável memória africana, o seu talento incomparável, sua presença santa e pagã. Clementina representa o nosso reencontro com nosso chão, com nosso passado, com nossa

população negra mandaram o que tinham de melhor em matéria de música e dança. Os espetáculos eram realizados num teatro elegante e num estádio de futebol. Vi todos os que foram feitos no estádio, e nada superou o sucesso obtido por Clementina. Terminado o espetáculo, ela foi envolvida por milhares de pessoas que falavam francês, inglês e outros dialetos africanos dizendo frases variadas. Clementina respondia apenas, em português. Que Nossa Senhora da Conceição olhe por vocês! Tive a

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

José Saramago

História do Cerco de Lisboa

O revisor de textos Raimundo Silva e sua superior hierárquica, Maria Sara, são os personagens centrais da "História do Cerco de Lisboa", o último romance do escritor português José Saramago, lançado em 1989 simultaneamente em Portugal e no Brasil.

Saramago, que projetou-se rapidamente ao longo da última década como romancista de raro talento, confirma mais uma vez sua capacidade de empregar recursos originais de narrativa e estilo para abordar temas candentes. Em sua nova obra ele funde o passado e o presente para discutir problemas como a história, o conhecimento, a criação e o amor.

Raimundo é um homem passado dos 50 anos, mais da metade dos quais dedicados ao pouco encantador ofício de ler obras alheias à caça de erros tipográficos. Sua existência afetiva é também cinzenta. Vive só, numa casa secular em Lisboa onde "não há nem nunca houve mulheres". A certa altura, contudo, e sem que saiba exatamente por que, ele vai trair as regras mais elementares de sua profissão para fraudar deliberadamente a verdade histórica, num livro que trata do cerco de Lisboa, realizado no século XII pelos lusitanos para tomar a cidade aos mouros.

A descoberta da farsa provocará uma pequena convulsão na editora em que trabalha, e levará à contratação de Maria Sara. Segura de si em seus pouco mais de 40 anos, ela é encarregada de coordenar a ação dos revisores, e evitar que cometam novos desatinos. Surpreendentemente, porém, é ela mesma que pedirá a Raimundo, alguns dias depois, que dê continuidade à sua fraude, e recrie por completo a empreitada histórica dos portugueses.

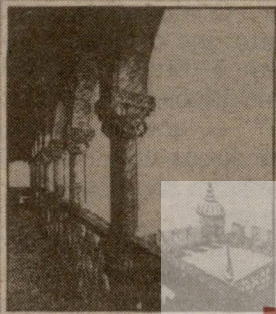
Depois de certa relutância, ele aceitará a incumbência. Descobrirá então toda a grandeza, as angústias e os prazeres da criação intelectual. E descobrirá o amor, ele próprio uma forma de conhecimento e de criação.

Além de debater em profundidade temas fundamentais, a obra de Saramago vale por sua narrativa saborosa e pelos diálogos extremamente ricos. Para dar-lhes ainda mais vida, o autor serve-se de mais um artifício estilístico. Elimina os pontos de interrogação e exclamação, e sinaliza a mudança de interlocutor sem usar pontos, parágrafos, aspas ou travessões. Emprega apenas uma vírgula e introduz a nova fala com uma palavra iniciada por maiúscula. (A.M.)

Súplica semelhante, passada à primeira pessoa do singular, terá Raimundo Silva murmurado no acto de marcar o número do destino, mas tão apagada foi ela que não se lhe ouviu para fora da boca, trêmula como de adolescente, ele próprio tem agora mais em que pensar, se pensa, se não é, todo ele, apenas um tímpano imenso onde soa e ressoa a campainha do telefone, a campainha não, o sinal electrónico, esperando a interrupção súbita do apelo, e que uma voz pronuncie Estou, ou Faz favor de dizer, talvez Alô, talvez Quem fala, não faltam possibilidades entre as fórmulas tradicionais e as suas variantes modernas, porém, de aturdido que estava não chegou Raimundo Silva a perceber o que lhe disseram, apenas que era uma mulher, então perguntou, cuidando pouco de cortesia, É a doutora Maria Sara, não, não era, Quem fala, foi como quis saber a voz, Raimundo Silva, da editora, não era esta uma verdade incontroversível, mas servia como simplificação da identidade, decerto não contaríamos que ele se apresentasse como Raimundo Benvindo Silva, revisor, trabalhando em sua casa, e que o fizesse, seria igual a resposta, Espere um momento, por favor, vou ver se a doutora Maria Sara pode receber a chamada, nunca momento nenhum foi tão breve, Não desligue, vou passar o telefone, silêncio. Raimundo Silva imaginou a cena, a mulher, com certeza uma criada, retirando a ficha da tomada, transportando o aparelho com as duas mãos amparado ao peito, puerilmente assim o via, e entrando num quarto em penumbra, depois baixando-se para ligar a ficha nesta outra tomada, Como está, a voz soou inesperada, Raimundo Silva esperava ouvir ainda a criada dizer algo como Vou passar à senhora doutora, seriam três ou quatro segundos mais de adiamento, em vez disso a pergunta direta, Como está, invertendo a situação, a ele, sim, é que competia exprimir interesse pelo estado da enferma, Estou bem, obrigada, e acrescentou rapidamente, Vinha saber se está melhor, Como foi que soube que tenho estado doente, Na editora, Quando, Ontem de manhã, Então resolveu telefonar para saber como estou, Sim, Muito obrigada pelo seu cuidado, até agora foi o único revisor a interessar-se, Bom, achei que devia, espero não tê-la incomodado, Pelo contrário, fico-lhe grata, estou melhor, penso que amanhã, talvez depois, já poderei ir à editora, Não quero maçá-la mais, desejo-lhe umas rápidas melhoras, Antes de desligarmos, como foi que soube o número do meu telefone, Deu-mo a menina Sara, A outra, Sim, a telefonista, Quando, Já lho disse, ontem de manhã, E só me telefona hoje, Tive medo de ser inoportuno, Mas venceu o medo, Parece que sim, a prova é que estou a falar consigo, No entanto, deve saber que antes eu quis falar consigo, Durante dois segundos Raimundo Silva pensou em fingir que não recebera o recado, mas acabou por responder, quando já se ia passando o terceiro segundo, Sim, Posso portanto admitir que me telefonou porque não poderia deixar de o fazer, uma vez que eu tinha tomado a iniciativa, Admitirá tudo quanto quiser, está no seu direito, mas admita também que se eu pedi o número à telefonista não foi para ficar com ele no bolso, à espera não se sabe de quê, Ficou mesmo à espera não se sabe de quê, A razão foi outra, Qual, Simplesmente falta de coragem. A sua coragem, pelos vistos, limitava-se àquele episódio de revisão de que não gosta de que se fale, De facto, telefonei-lhe apenas para saber da sua saúde e desejar-lhe as melhoras, E não acha que é a altura de perguntar-me por que foi que lhe telefonei eu, Por que foi que me telefonou, Não sei se gosto desse tom, Dê importância às palavras, não ao modo, Supus que a sua experiência de revisor lhe teria ensinado que as palavras não são nada sem o tom, Uma palavra escrita é uma palavra muda, A leitura dá-lhe voz, Excepto se for silenciosa, Até mesmo essa, ou julgará o senhor Raimundo Silva que o cérebro é um órgão silencioso, Sou apenas um revisor, faço como faz o sapateiro, que se contenta com a chinela, o meu cérebro sabe de mim, eu não sei nada dele, Interessante observação, Ainda não respondeu à pergunta, Que pergunta, Por que foi que me telefonou, Agora não sei se me apetece dizer-lho, Afinal não o único cobarde, Não me lembro de ter falado em cobardia, Falou de falta de coragem, Não é o

mesmo, As duas faces de uma moeda são diferentes, mas a moeda é uma só, O valor só vai num lado, Não compreendo esta conversa, e acho que não devemos prosségui-la, sem esquecer que é uma imprudência, estando doente como está, Não lhe fica bem o cinismo, Não sou cínico, Bem sei, portanto escusa de fingir, A sério, creio que já não sabemos o que estamos a dizer, Eu sei muito bem, Então explique-mo, Não precisa de explicações, Está a fugir à questão, É você quem foge à questão, esconde-se atrás de si mesmo, quer que lhe diga o que já sabe, Por favor, Por favor, quê, Acho melhor que desliguemos, este diálogo caiu num equívoco, Porque você o está a empurrar para lá, Eu, Sim, Está enganada, gosto das coisas claras, Então seja claro, diga-me por que é agressivo quando fala comigo, Não sou agressivo com ninguém, não tenho essa qualidade moderna, É agressivo comigo, porquê, Não sou, Desde o dia em que nos conhecemos, se precisa que lho lembre, As circunstâncias, Mas as circunstâncias modificaram-se depois, e a agressividade continuou, Desculpe, nunca tive essa intenção, Agora sou eu que lhe peço, por favor, não use palavras inúteis, Calo-me, Então ouça, telefonei-lhe porque me sentia só, porque tive curiosidade de saber se estava a trabalhar, porque queria que me desejasse as melhoras, porque, Maria Sara, Não diga o meu nome assim, Maria Sara, eu gosto de si, Isso é verdade, É verdade, Levou tempo a dizer-mo, E talvez nunca lho dissesse, Porquê, Somos diferentes, pertencemos a mundos diferentes, Que é que sabe dessas diferenças todas, nossas e dos mundos, Imagino, vejo, concluo, Essas três operações tanto podem levar à verdade como conduzir ao erro, Admito-o, e o erro maior, neste momento, terá sido dizer-lhe que gosto de si, Porquê, Nada conheço da sua vida particular, se é, Casada, Sim, ou, De qualquer maneira comprometida, como antigamente se dizia, Sim, Imaginemos que sou realmente casada, ou que tenho um compromisso, impedi-lo-ia isso de gostar de mim, Não, E se eu fosse realmente casada, ou tivesse um outro compromisso, impedir-me-ia isso de gostar de si, se tal tivesse de acontecer, Não sei, Então tome nota de que gosto de si, pausa longa, Isso é verdade, É verdade, Ouça, Maria Sara, Diga, Raimundo, mas antes fique a saber que sou divorciada há três anos, que acabei há três meses com uma ligação, que não comeci outra, que não tenho filhos, que quero tê-los, que vivo em casa de um irmão, que a pessoa que o atendeu é a minha cunhada, e não precisa dizer-me quem é a pessoa que recebeu o meu recado, é a sua empregada, e agora, sim, tem a palavra, senhor revisor, não faça caso, estou quase a rebentar de contentamento, Por que é que gosta de mim, diga-me, Não sei, gosto, E não teme que quando começar a saber, possa começar a não gostar, Às vezes acontece, acontece mesmo muito, Então, Então, nada, o depois só depois é que se conhece, Eu gosto de si, Acho que sim, que gosta, Quando nos vermos, Tão depressa eu me levante deste leito de dor, Onde, Em toda a parte, Agora posso perguntar-lhe que doença é essa, Nada de importância, ou melhor, esta foi a gripe mais importante da minha vida, Daí não me pode ver, mas estou a sorrir, Grande novidade, que até hoje foi coisa que nunca vi na sua boca, Posso dizer-lhe que a amo, Não, diga só que gosta de mim, Já o disse, Então guarde o resto para o dia em que for verdade, se esse dia chegar, Chegará, Não juremos sobre o futuro, esperemo-lo para ver se ele nos reconhece, e agora esta débil e febril mulher pede que a deixem descansar, precisa de recuperar forças para a hipótese, acaso provável, de alguém se lembrar de tornar a telefonar-lhe hoje, A quem, a si, Ou a si, o sentido da frase tem dois destinatários, depende, A ambigüidade não é sempre um defeito, Até logo, Deixe que me despeça com um beijo, Está a chegar o tempo deles, Para mim já vinha tardando, Só uma pergunta mais, Diga, Já começou a escrever a História do Cerco de Lisboa, Já, Não sei se continuaria a gostar de si se me respondesse que não, adeus.

JOSÉ
SARAMAGO
HISTÓRIA
DO CERCO
DE LISBOA



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois